

Relatório - Módulo IV

Autoavaliação

Observatório de Qualidade
Agrupamento de Escolas de Sertã

julho de 2021



EDUCAÇÃO



FICHA TÉCNICA

Título

Módulo IV
Autoavaliação

Autores

Adelaide Silva
Cristina Veríssimo
Teresa Martins
Vanda Marques

Coordenação

Vanda Marques

Capa: Jorge Correia

Índice

MÓDULO IV.....	4
Introdução	4
1. Desenvolvimento do Processo de Autoavaliação	6
1.1. Organização e sustentabilidade	6
1.1.2. Sistematicidade e abrangência do processo	7
1.2. Planeamento Estratégico.....	11
1.2.1. Adequação da autoavaliação à realidade da escola.....	12
1.2.2. Centralidade do processo de ensino e aprendizagem.....	14
1.2.3. Estratégias de comunicação e reflexão dos resultados com a comunidade educativa.....	17
2. Consistência e impacto do processo de autoavaliação.....	22
2.1. Abrangência e rigor no processo de recolha e análise de dados.....	22
2.2. Melhoria contínua e monitorização	25
2.3. Impacto das práticas de autoavaliação	28
2.3.1. Evidências da autoavaliação na melhoria do AES ao nível organizacional e curricular	28
2.3.3. Evidências da autoavaliação na definição da formação contínua e na avaliação do seu impacto.....	33
2.3.4. Evidências do contributo da autoavaliação para a melhoria da educação inclusiva.....	37
3. Conclusão.....	40
3.1. Constrangimentos	41
3.2. Sugestões de melhoria	41
Bibliografia / Referências	43
Anexos	44

MÓDULO IV

Introdução

Ao longo dos últimos quatro anos, a equipa do *Observatório de Qualidade (OQ)*, nomeada pelo Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas da Sertã, tem vindo a agilizar um trabalho de tratamento e análise de dados, no sentido de dar cumprimento ao previsto no artigo 6º da Lei nº 31/2002, de 20 de dezembro, isto é, realizando a autoavaliação do AES. Com efeito, o normativo em referência institui de forma clara a avaliação das escolas, abarcando as modalidades externa (assumida pela IGEC - Inspeção Geral de Educação e Ciência) e a interna (autoavaliação) sem, no entanto, estabelecer um modelo para a sua implementação. Nesta sequência, e por forma a respeitar o espírito do sistema de avaliação em causa e a articulação das duas valências (avaliação externa das escolas e interna/autoavaliação), esta equipa tomou como ponto de partida e base de trabalho os domínios, campos de análise e referentes considerados pela IGEC.

Não obstante o exposto, o *Quadro de Referência relativo ao Terceiro Ciclo da Avaliação Externa das Escolas (2019)* veio estabelecer como primeiro domínio precisamente aquele a que ora nos dedicamos – o domínio autorreflexivo de *Autoavaliação* que, de acordo com a metodologia seguida ao longo dos anos transatos (e que recordaremos no desenvolvimento do presente relatório), se afigura como o último a colher tratamento por esta equipa.

Nesta pequena nota introdutória, parece-nos pertinente reiterar os eixos de sentido em que assenta o trabalho do OQ. Com efeito, se em termos de suporte legal é facilmente entendível a pertinência e os objetivos do processo em apreço, não será excessivo, mas essencial, reforçar que o trabalho realizado está ancorado em aspetos fundamentais que estabelecem os contornos da finalidade subjacente a qualquer organização escolar no atinente à garantia de uma educação de qualidade (considerando a relação triangular ensino-aprendizagem-avaliação num contexto específico). Em concreto, a autoavaliação de uma organização escolar sustenta-se na procura de uma adequação ética que visa a qualidade e o bem-estar da sua comunidade, respeitando a realidade em que se insere, observando os princípios da equidade e inclusão, bem como os atributos de rigor e

exatidão. De facto, na recolha de informação que se pretende fiável, abrangente e conducente a conclusões válidas que permitam refletir sobre os caminhos traçados e a traçar na análise do grau de qualidade atingido pelo desempenho deste Agrupamento, a meta-avaliação colhe uma importância significativa. Consequentemente, a ponderação sobre o grau de concretização dos objetivos estabelecidos, aferindo se os mesmos foram atingidos de forma adequada e eficaz, cumprindo o seu desígnio amplo de garantir a construção de um percurso que visa a excelência e a superação a todos os níveis, é o que nos traz aqui.

1. Desenvolvimento do Processo de Autoavaliação

1.1. Organização e sustentabilidade

Como questão prévia, afigura-se-nos pertinente recordar que o processo de avaliação do AES teve, desde a primeira hora, como referência o desígnio subjacente à Lei nº 31/2002, de 20 de dezembro, particularmente no atinente à concretização do seu projeto educativo, através de intervenções promotoras da qualidade, exigência e responsabilidade.

De acordo com o normativo legal supramencionado, as modalidades de avaliação (interna e externa) complementam-se: “A avaliação estrutura-se com base na autoavaliação, a realizar em cada escola ou agrupamento de escolas, e na avaliação externa.” (Lei nº31/2002, 20 dezembro, art.º 5º). Na verdade, a descentralização, o reforço da autonomia e a pressão social (muitas vezes decorrente da parte mais visível relativa aos resultados escolares, particularmente dos que decorrem da realização de Provas Finais e de Exames) têm levado as escolas a desenvolver mecanismos de avaliação com o objetivo de melhorar o seu desempenho e, nessa sequência, obter o reconhecimento dos pais e da sociedade em geral. De notar que desta constatação emerge que, sendo inquestionável, conforme expusemos, que a organização da autoavaliação permite à escola a sua preparação para a avaliação externa, o processo de autoavaliação ou de avaliação interna focaliza-se sobre os processos que, por sua vez, conduzem aos resultados, numa lógica em que os progressos e a mudança positiva do desempenho da organização escolar têm como finalidade a aprendizagem. Com efeito, só uma Escola que prioriza as aprendizagens de todos os alunos, assumindo uma postura inclusiva, abraçando os desafios que se desenham perante a complexidade da realidade e do devir da sociedade, cumprirá, por um lado, o desígnio de garantir um ensino de qualidade engajado numa matriz humanista, e, por outro lado, assumirá a sua capacidade de autoanálise e autorregulação, com vista à concretização de elevadas metas de sucesso.

Neste sentido, como anteriormente referimos, a equipa do OQ procedeu ao tratamento e análise de diferentes dados ao longo do tempo, incidindo a sua observação num domínio por ano letivo. Assim, elaborou relatórios correspondentes ao tratamento dos resultados escolares (*Módulo I Resultados Académicos – 2017/2018*), auscultou a

comunidade educativa sobre a prestação do serviço educativo (*Módulo II Prestação do Serviço Educativo – 2018/2019*) e colheu a opinião de docentes e não docentes sobre Liderança e Gestão (*Módulo III – Liderança e Gestão – 2019/2020*). Saliente-se que, na construção dos referidos relatórios, teve sempre como princípio fundamental a assunção de uma missão formativa que permitisse sustentar a tomada de decisões que fomentassem e assegurassem o sucesso de todos os alunos, avocando que a capacidade interna para a mudança e a autorregulação são mecanismos indissociáveis dessa finalidade.

Ao longo dos anos em que se desenvolveu este trabalho, foram colocados em evidência os pontos fortes do funcionamento do AES nos diversos domínios, bem como os seus pontos fracos ou constrangimentos, isto é, os campos a priorizar na construção de uma organização capaz de refletir sobre si própria, de se transformar, de agilizar o necessário para atingir a máxima eficácia na concretização do sucesso educativo, na formação dos alunos e na satisfação de todos os implicados. Para tal recorreu a várias fontes documentais: artigos e fontes bibliográficas diversas relacionadas com a avaliação das organizações escolares (cf. referências bibliográficas registadas nos relatórios realizados), atas, relatórios, pautas, estatísticas, resultados, documentos estruturantes do Agrupamento, em particular o Projeto Educativo e o Projeto de Intervenção do Diretor, que se completaram com questionários realizados ao pessoal docente, ao pessoal não docente, aos alunos e aos encarregados de educação (atento o domínio em tratamento).

Em conclusão, houve sempre o propósito de, respeitando a especificidade do AES, plasmada nos seus documentos estruturantes e na visão da sua comunidade educativa, e considerando os pressupostos legais que informam o paradigma de Escola contemporânea (como o *Perfil dos Alunos à saída da escolaridade obrigatória* concretizado nos Decretos-Lei nº54 e nº 55/2018, de 6 de julho), proceder à autoavaliação desta organização escolar com rigor, transparência e objetividade.

1.1.2. Sistemática e abrangência do processo

A autoavaliação desta organização escolar, configurando um processo essencial que visa aprimorar e desenvolver a qualidade a diversos níveis, implica gerar espaços e mecanismos que propiciem uma reflexão constante e sistemática acerca do caminho

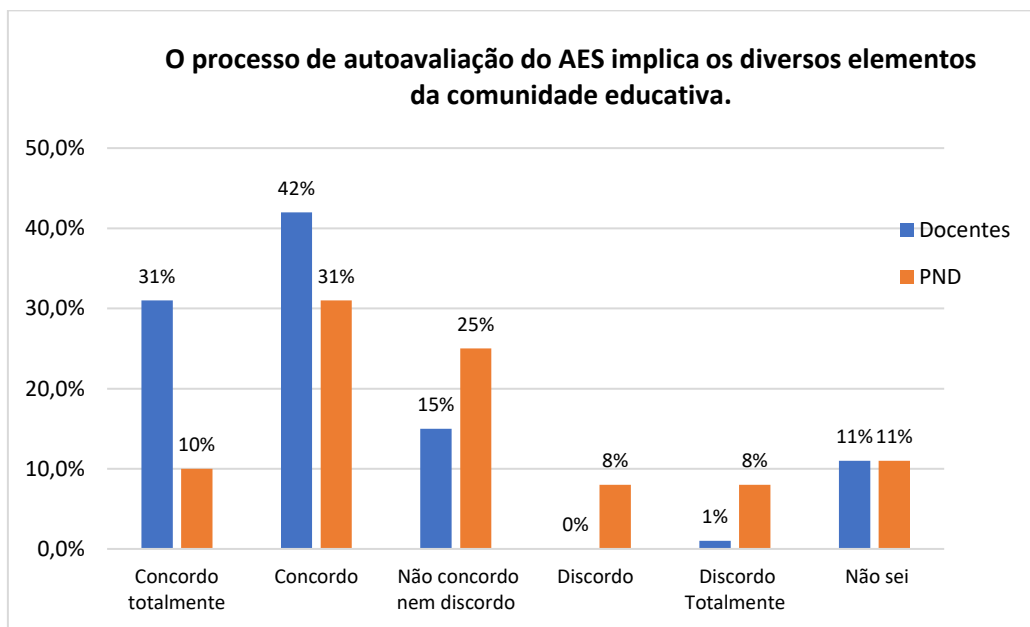
percorrido e a percorrer para garantir a formação integral de todos os alunos, a satisfação e o envolvimento da comunidade educativa a que pertence e que serve.

Neste sentido, e conforme o exposto anteriormente, procurou-se analisar, com a máxima objetividade, os diversos domínios estabelecidos no Quadro de Referência da IGEC, recorrendo à auscultação dos diversos setores da Escola. Assim, se o Projeto Educativo visa espelhar a visão que a organização escolar e as suas lideranças preconizam e que depois irá concretizar-se no PAA e na atuação dos profissionais (docentes e não docentes), na análise tendente à reorientação e à procura de caminhos adequados e eficazes, as ações enquadradas no âmbito da autoavaliação têm, necessariamente, de interpretar resultados, dados, perspetivas procurando uma sustentação que permita a elaboração de recomendações, estabelecendo uma relação entre o objeto de avaliação/domínio em observação e o consensualmente considerado como ideal a atingir enquanto escola de qualidade, que se alimenta e assume pontos fortes que a caracterizam e lhe concedem identidade, bem como os pontos fracos que será necessário minorar para assegurar essa mesma qualidade. Por outras palavras, o trabalho da equipa que procede à autoavaliação da Escola pretende mostrar a instituição num espelho onde se reconheça sem distorções, fiel à imagem que gera de si e onde seja possível identificar os gestos, os esgares que necessitem de ser corrigidos. Contudo, neste processo, a imagem será tanto mais realista e fiável quanto seja possível manter a objetividade e o distanciamento necessários à observação adequado dos seus contornos. Neste sentido, justifica-se diversificar os meios de recolha de informação e selecionar os mais adequados a cada domínio (inquéritos constituídos por questões mais ou menos abertas, entrevistas, análise de resultados e dados diversos, consulta de documentos de diferentes carateres, entre outros), assim como abranger, sempre que possível e sempre que adequado, os vários setores da comunidade educativa.

Nesta sequência, procurámos saber, ao nível do pessoal docente e não docente do AES, como era avaliado o envolvimento no processo de autoavaliação. Com efeito, perante a afirmação “O processo de autoavaliação do AES implica os diversos elementos da comunidade educativa”, e conforme se observa no gráfico 1 infra apresentado, verificamos que 42% dos doentes inquiridos manifesta concordância, que é total para 31%, existindo apenas um número residual de inquiridos (1%) que manifesta

discordância (embora total) com a abrangência do processo. No entanto, no universo do pessoal não docente, a percepção sobre a implicação no processo de autoavaliação é significativamente diferente. De facto, apenas 31% dos inquiridos neste universo manifesta concordância (que é total apenas para 10%). Acresce que, se tivermos em consideração que 8% discordam (discordância que é total para outros 8% dos inquiridos) e que 11% assinalam não saber responder, emerge pertinente considerar que o pessoal não docente não tem sentido, pelo menos de forma clara e sistemática, o seu envolvimento no processo de autoavaliação o que coloca em evidência um problema de auscultação e/ou comunicação que carece de uma análise, visto constituir um inequívoco constrangimento.

Gráfico1 – Implicação do Pessoal docente e não docente na autoavaliação do AES

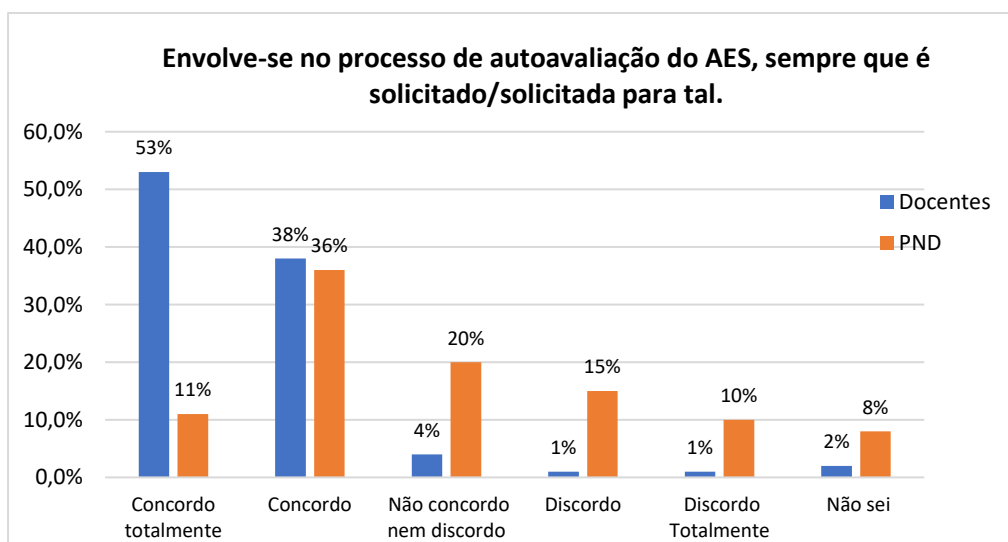


No que concerne ao grau de envolvimento das estruturas intermédias no processo de autoavaliação do AES, é de salientar que os Coordenadores dos Departamentos Curriculares manifestaram, unanimemente, no questionário aberto que lhes foi dirigido sobre o item em análise, que têm participado/colaborado na efetivação da autoavaliação do AES, através do preenchimento de questionários e da orientação da consequente reflexão em sede de reunião da estrutura que coordenam, após análise efetuada no Conselho Pedagógico dos relatórios anuais (cf. questão nº 1 do Questionário dirigido aos Coordenadores de Departamento acerca desta matéria). No mesmo sentido, no que concerne ao acompanhamento efetuado pelo Conselho Geral,

a respetiva Presidente deste órgão afirma que “Os relatórios anuais do OQ foram remetidos sempre no final de cada ano letivo ao CG e apresentados pela sua coordenadora no CG no início de cada ano letivo. Nesta sessão fazíamos uma breve reflexão sobre o mesmo, tecendo considerações sobre o que de facto correu bem e a manter e o que correu menos bem e como melhorar. No último ano já não foi apresentado e esta reflexão não foi feita, tudo devido à situação pandémica.” (cf. questão 1 do Questionário/Entrevista à Presidente do CG).

Face ao exposto, verifica-se que, no geral, os vários setores do AES têm colaborado ou sido implicados na autoavaliação desta organização escolar, ainda que se registem fragilidades no atinente à participação efetiva do pessoal não docente ou à explicitação do sentido e da forma como o apelo à sua colaboração é percecionado. A comprovar esta constatação estão os dados colhidos acerca da forma como cada um individualmente, no universo do pessoal docente e não docente, se envolve na autoavaliação do AES, quando é (objetivamente) solicitado para tal. De notar que a questão sendo colocada a incidir na disponibilidade do próprio e não em abstrato (como retratado no gráfico 1 supra), desce claramente a incidência de respostas no campo “Não sei”, mas há um aumento ligeiro na manifestação de discordância por parte do pessoal não docente (cf. dados do gráfico 2 infra, 15% dos inquiridos neste universo manifestam discordância, que é agora total para 10%).

Gráfico 2 – Implicação do Pessoal docente e não docente na autoavaliação do AES



Em contrapartida, no universo do pessoal docente, a expressão de concordância é, nesta questão, mais significativa (de notar que mais de 50% dos inquiridos manifestam uma concordância total), ao que não será alheio o facto de existir uma implicação que é feita por diferentes canais de comunicação: a solicitação emanada pela equipa do OQ e a reflexão solicitada pelo Coordenador de Departamento/SCAD, ocorrência que não se verifica no universo do pessoal não docente.

1.2. Planeamento Estratégico

Afigura-se claro, face ao exposto anteriormente, que existem atributos fundamentais a contemplar numa educação que se pretende de qualidade e, conseqüentemente, que uma organização escolar deve procurar refletir. Em concreto, referimo-nos ao desígnio de procurar o bem-estar da sua comunidade; adotando e cumprindo procedimentos que garantam rigor, num contexto de exequibilidade. Neste âmbito, é inultrapassável a necessidade de criar informação fiável, que espelhe a Organização, abranja diversos setores, visando interpretações sustentadas por conclusões válidas e justificadas. Neste sentido, a capacidade de proceder à sua avaliação interna e, conseqüentemente, a realização de processos de meta-avaliação, em que se inscreve o relatório que ora se constitui, emergem como fundamentais e intimamente relacionados com uma estratégia de Escola que procura uma melhoria contínua. Com efeito, a construção de um percurso de sucesso de uma organização terá necessariamente de implicar um processo de desenvolvimento e consolidação dos seus aspetos fortes e a capacidade de corrigir as suas fragilidades. Assim, a autoavaliação do AES, em particular, e das Escolas, em geral, permite colocar em evidência a qualidade da instituição, garantir a sua capacidade de autorregulação, permitindo gerir a eventual pressão externa, antecipando a identificação dos seus pontos fracos, delineando estratégias de melhoria.

Ainda que a pertinência da autoavaliação do AES seja inquestionável pelas razões expostas e superiormente impostas (cf. a Lei nº 31/2002, 20 dezembro), quisemos ouvir as estruturas intermédias deste Agrupamento sobre a forma como avaliam o processo de autoavaliação do AES (cf. questão 5 do Questionário aos Coordenadores de Departamento e questão 6 do Questionário específico dirigido à Coordenadora da Educação Especial). Nesta sequência, verificamos que existe um consenso acerca da importância deste procedimento e o reconhecimento da sua imprescindibilidade para

atingir os objetivos que o AES se propõe atingir, reorientando o seu percurso com vista ao sucesso. Ainda da análise das respostas apresentadas pelos Coordenadores de Departamento, emerge a constatação que a eficácia e utilidade desta autorregulação depende da forma como os envolvidos interiorizam o processo, se disponham nele a colaborar e lhe reconheçam igualmente pertinência. Em síntese, a autoavaliação deverá permitir melhorar o desempenho do AES, fornecer fundamentos facilitadores do trabalho de todos os envolvidos, fornecer informação consistente à comunidade acerca do funcionamento/evolução da Escola que se pretende siga um caminho que se desenhe alinhado com o atual paradigma de Escola, com os normativos que a informam e com a especificidade local a que está ancorada.

1.2.1. Adequação da autoavaliação à realidade da escola

De acordo com o exposto anteriormente, terá ficado clara (e reconhecida) a importância do processo de autoavaliação e a forma como o mesmo se constitui como um instrumento importante na construção de mudança e no garante de qualidade das Escolas. Caberá, assim, neste momento, reforçar que, desde a primeira hora, o funcionamento do OQ do AES esteve alinhado com a especificidade desta organização escolar, com a visão estratégica do seu Diretor e, necessariamente, com os documentos estruturantes que refletem o caráter próprio do AES e assumem a existência da estrutura/equipa *Observatório de Qualidade* (cf. Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas da Sertã, páginas 30 e 31/94).

Neste âmbito, saliente-se que a constituição desta equipa surge como resposta a um dos problemas detetados ao nível da organização e gestão pedagógica, referidos no *Projeto de Intervenção* do Diretor do AES (cf. página 15/39 do referido documento, apresentação da análise SWOT). Ainda, neste mesmo Projeto, é apresentada a *Missão* delineada para esta organização escolar, em que se regista a intenção de “consolidar o Agrupamento de Escolas da Sertã como espaço de desenvolvimento e realização pessoal das crianças e dos jovens que o frequentam, como espaço orientado para o sucesso cognitivo mas também afetivo e social; como espaço de vivências e convivências equilibradas e felizes; como espaço de sonho, de futuro, de construção de percursos sólidos e positivos; como espaço de valorização do conhecimento, do trabalho, do mérito e da disciplina; como espaço ético, de respeito por princípios e valores

fundamentais; como espaço inclusivo que, respeitando diferenças, cultiva a igualdade de oportunidades; como espaço integrador em que as famílias se possam envolver ativa e positivamente; enfim como instituição cultural de excelência e de referência para toda a comunidade, como organização fundamental, estrutural e estruturantes do Concelho da Sertã, não apenas quanto aos seus utentes diretos (alunos e famílias) como também quanto aos mais diversos agentes do meio local, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento de cada um, em particular, e de toda a comunidade local, em geral.”¹

Dos princípios apresentados se constituiu o Projeto Educativo do AES, que se encontra em sede de revisão, e em que são agilizados os principais objetivos que cumprem o desígnio de concretizar a *Missão* apresentada. Ora o *Observatório de Qualidade* teve sempre a preocupação de, ao longo do tempo, adotar uma postura/intervenção adequada à essência do AES, apelando à participação de elementos de todos os setores (conforme o exposto no subponto anterior) e registando os pontos fracos, os pontos fortes desta organização partindo de uma visão interna da mesma, avançando com sugestões de melhoria intimamente ligadas à especificidade do AES e do seu líder, nos diversos domínios de referência (Resultados Académicos; Prestação de Serviço Educativo; Liderança e Gestão).

A este propósito, ainda, solicitámos ao Sr. Diretor do AES a manifestação da sua opinião relativamente à adequação do trabalho de autoavaliação realizado, atenta a especificidade deste Agrupamento, cuja resposta, bastante elucidativa, reproduzimos: “A metodologia utilizada permitiu, nos três domínios avaliados, identificar de forma clara os constrangimentos que existem, a apresentação de sugestões de melhoria e a identificação de pontos fortes. De salientar que foram envolvidos na autoavaliação docentes, alunos, pessoal não docente e encarregados de educação, isto é, todos os intervenientes da comunidade educativa, o que traduz, de forma abrangente, o pulsar do agrupamento.” (cf. primeira questão do Questionário/Entrevista ao Diretor do AES).

Em suma, a equipa que tem procedido à autoavaliação do AES procurou em todos os momentos da sua ação (planeamento, recolha da informação, tratamento da

¹ *Aprender a conviver, conhecer, fazer e ser -Projeto de Intervenção para o cargo de Diretor do Agrupamento de Escolas da Sertã*, José Carlos Sousa Fernandes, 18 de abril de 2013 (pág.24/39).

informação e comunicação) respeitar, não só a moldura legal de referência da Escola atual, mas antes e ainda, a essência desta instituição (espelhada dos seus documentos estruturantes e na perceção de todos os interessados, todos os que nela se movimentam e a constituem).

1.2.2. Centralidade do processo de ensino e aprendizagem

O foco da ação de uma organização é o sucesso dos seus alunos, na sua especificidade e diversidade, é garantir a realização de aprendizagens articuladas com o desenvolvimento de competências que promovam e assegurem a formação de cidadãos ativos e preparados para o devir da realidade contemporânea. Dito por outras palavras, a finalidade da Escola é assegurar o desenvolvimento das áreas de competências inscritas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* e nas Aprendizagens Essenciais das diferentes disciplinas. De facto, “O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, homologado através do Despacho nº 6478/2017, de 9 de julho, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 26 de julho de 2017, constitui o documento de referência que estabelece a matriz de princípios, valores e áreas de competências a que deve obedecer o desenvolvimento do currículo, conforme previsto no Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho. Define o sentido de missão de todo o sistema educativo, apresentando um caminho curricular através do qual todos os alunos devem, ao longo dos seus 12 anos de escolaridade, desenvolver uma cultura científica e artística de base humanista, alicerçada em múltiplas literacias, no raciocínio e na resolução de problemas, no pensamento crítico e criativo, entre outras dimensões. Concomitantemente, o regime jurídico da educação inclusiva, plasmado no Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, na sua redação atual, prevê que sejam criadas condições para que todos os alunos aprendam, maximizando o seu potencial, que se reforce a sua participação na vida da escola e que se priorize a centralidade do acesso ao currículo na definição das políticas e opções educativas.”².

Sendo estas referências aquilo que no essencial define e norteia a ação da Escola de hoje, em sede de metarreflexão emerge que o trabalho de autoavaliação do AES teve,

² Citação do Despacho nº 6605-A/2021, de 6 de julho, que veio proceder à definição dos referenciais curriculares das várias dimensões do desenvolvimento curricular, incluindo a avaliação externa.

em sintonia com a visão estratégica do seu líder (e reveja-se a este propósito o tratamento do *Módulo Liderança e Gestão*, correspondente ao *Relatório do Observatório de Qualidade* realizado em 2019/2020), como foco o processo de ensino e aprendizagem. Saliente-se que está desde logo prevista na inscrição das suas Competências (particularmente, na alínea d) do 62º artigo), em sede Regulamento Interno, o seguinte: “d) interpretar resultados e elaborar o respetivo relatório de autoavaliação, que reflita dinâmicas processuais, não atendendo apenas a dados relativos ao rendimento escolar, constituindo-se como um contributo para a compreensão e melhoria das práticas;”. Neste sentido, os relatórios de autoavaliação do AES destacaram sempre sugestões de melhoria que fossem ao encontro da construção de uma organização escolar que aspira e procura a qualidade do serviço educativo que presta (como evidência, destacamos as propostas de melhoria apresentadas nos módulos I e II, onde se verifica claramente o protagonismo de todos os aspetos que se relacionam com o processo de ensino e aprendizagem, não só atinentes a resultados académicos, mas à aferição da qualidade do serviço educativo prestado pelo AES, na ótica dos seus profissionais, alunos e encarregados de educação, incluindo com particular pertinência o contexto dos alunos que mais carecem de medidas de apoio à aprendizagem e inclusão, ao abrigo do Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho).

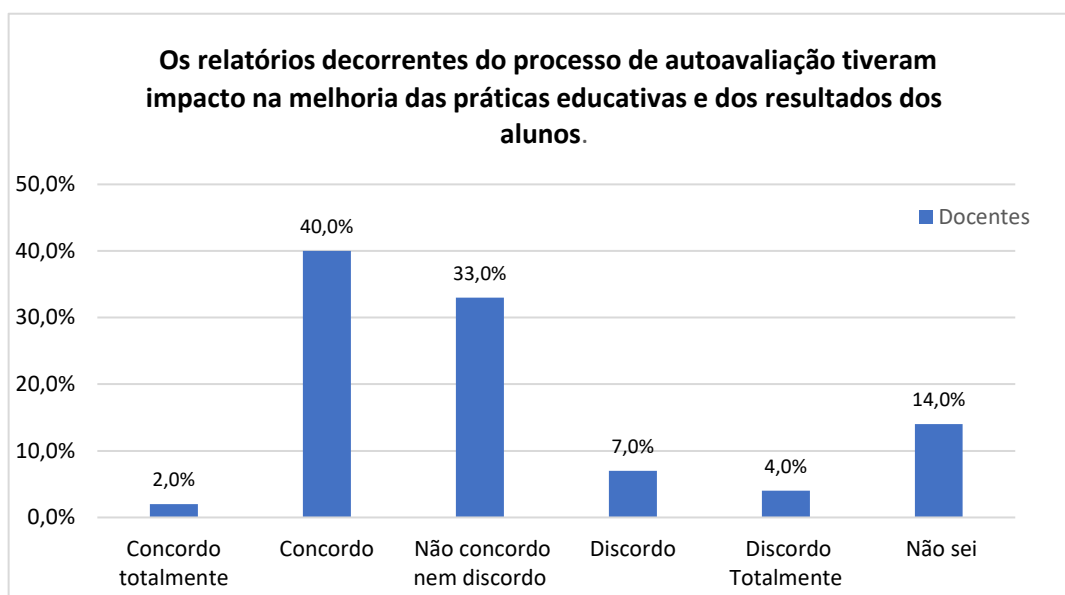
Relativamente a este aspeto manifestamente fundamental e atinente à centralidade do processo de ensino e aprendizagem na realização dos procedimentos subjacentes à autoavaliação do Agrupamento, auscultámos o sr. Diretor que salientou que “o OQ tem colocado a ênfase no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, os alunos têm sido sempre o foco da autoavaliação. A reflexão subsequente aos resultados dos relatórios nas diferentes estruturas visa a implementação de estratégias pedagógicas que permitam o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem e que, em última análise, contribuam efetivamente para a formação integral dos alunos.” (cf. segunda questão do Questionário/Entrevista ao Diretor).

Na sequência do exposto, procurámos observar se, na prática, se verificava a articulação entre os aspetos referidos nos relatórios de autoavaliação e a melhoria da realidade do

AES ao nível das práticas educativas e dos resultados dos alunos na ótica do pessoal docente.

A partir dos dados obtidos, construiu-se o gráfico 3 que nos permitirá inferir algumas conclusões.

Gráfico 3 – Efeitos da autoavaliação do AES na melhoria do processo de ensino e aprendizagem



Face aos dados supra, regista-se de forma evidente que 40% dos docentes inquiridos manifesta verificar uma relação entre o processo de autoavaliação do AES e a melhoria da prática educativa e dos resultados dos alunos, no entanto a incidência de 30% das respostas na zona de não compromisso (“Não concordo nem discordo”) revela que tal perceção está longe de ser cabal e/ou evidente para a maioria dos professores. Com efeito, parece-nos que a reflexão individual que deveria ser suscitada pelos relatórios anuais, enquanto geradora de mudança, não é sentida em articulação direta com o espaço de ensino e aprendizagem por todos os implicados, embora exista uma perceção geral da sua existência. Na nossa opinião, e face à análise efetuada e apresentada em relatórios anteriores, a esta situação não será, provavelmente, alheio um constrangimento, ainda não ultrapassado, no que concerne às estratégias de

comunicação com a comunidade educativa relativamente aos resultados decorrentes da autoavaliação.

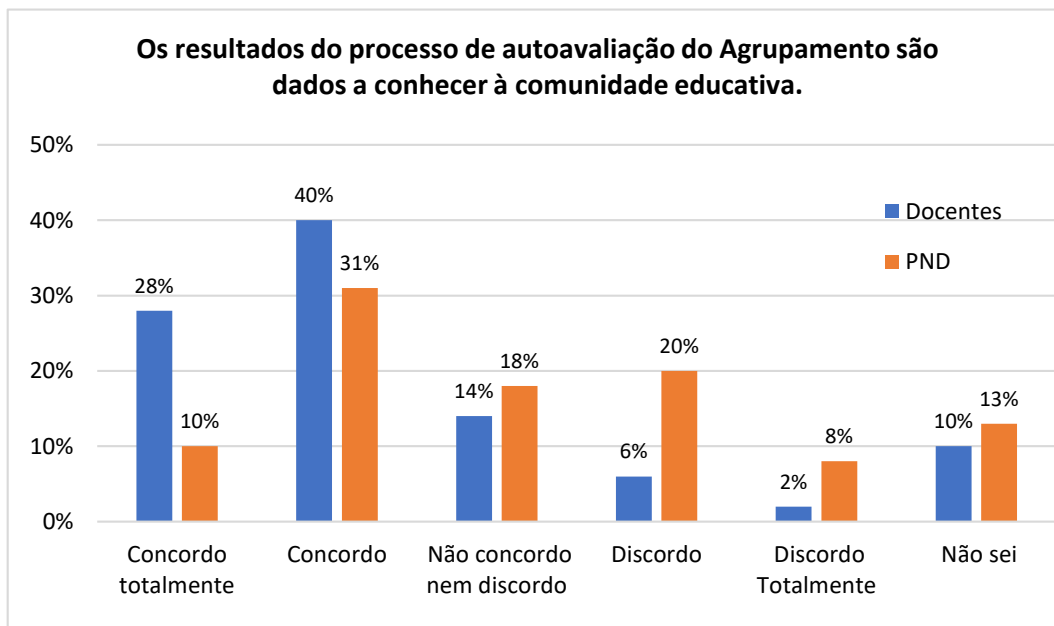
1.2.3. Estratégias de comunicação e reflexão dos resultados com a comunidade educativa

Ao longo do tratamento dos pontos anteriores, emergiu, necessariamente, a importância de assumir uma estratégia de comunicação e reflexão acerca dos resultados decorrentes da autoavaliação no garante do impacto da mesma. Com efeito, parece-nos que alguns constrangimentos detetados ao longo do tempo a este nível e, ainda, a perceção nem sempre cabal daquilo que subjaz ao processo de autoavaliação do AES, poderão decorrer do aspeto em análise (já abordado no relatório do ano transato, relativamente ao domínio da Liderança/Gestão).

No que concerne à visão do líder desta organização escolar, verifica-se o reconhecimento de se tratar de um aspeto a melhorar. Aliás, há a assunção de que terá existido alguma falha na forma como foi acicatada a reflexão e se garantiu a participação de alguns setores na autoavaliação, sendo assumido que lhe deveria ter “sido dada maior relevância, constituindo, por exemplo, grupos de trabalho para análise e apresentação de propostas de melhoria”. No mesmo sentido, a propósito dos discentes, afirma o sr. Diretor do AES que “devíamos ter mobilizado os alunos para uma intervenção ativa, incentivando-os a pronunciarem-se sobre os relatórios e a proporem estratégias e atividades que contribuíssem para uma formação mais proficiente. O incentivo à participação cívica ativa dos alunos é, pois, uma estratégia que urge estimular, nomeadamente através de uma consulta mais amiúde dos delegados de turma.”(cf. resposta à questão nº 4 do Questionário/Entrevista ao Diretor).

No que concerne à perceção da efetiva tomada de conhecimento acerca dos resultados da autoavaliação por parte da comunidade educativa, quisemos, igualmente, auscultar o pessoal docente e não docente, cuja visão se espelha no gráfico nº 4, infra apresentado.

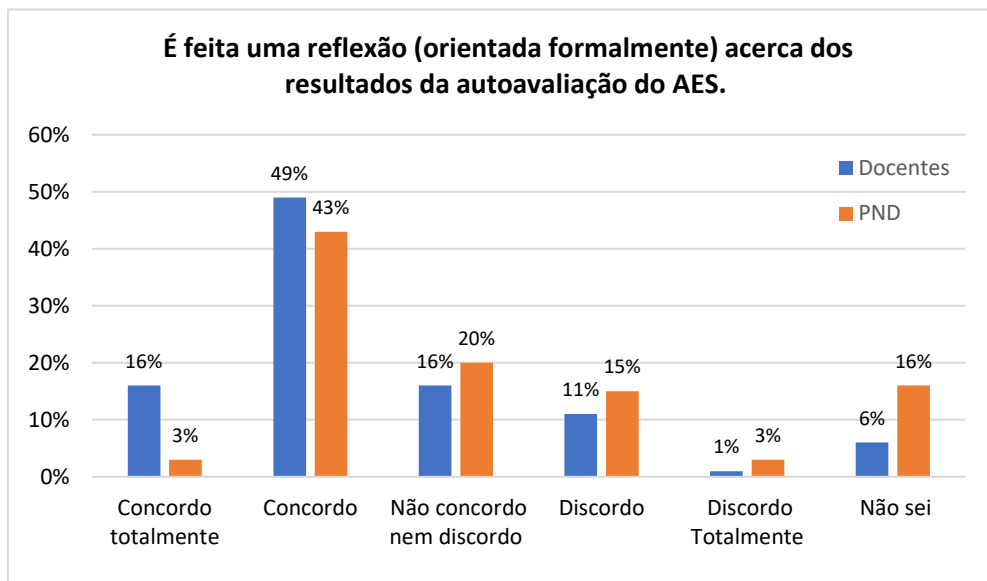
Gráfico 4 – Comunicação dos dados da autoavaliação à comunidade educativa



Da observação do gráfico 4, podemos constatar a tendência já registada, no que concerne à existência de uma diferente perceção relativamente ao processo de autoavaliação nos dois universos em referência: pessoal docente e não docente. De facto, tal como anteriormente se afigurava, existe um problema de comunicação, e conseqüente compreensão do processo de autoavaliação, no atinente ao pessoal não docente (de notar que apenas 31% dos inquiridos manifesta concordância, e somente 10% a afirma totalmente, contrariamente ao que se verifica no universo do pessoal docente, em que 40% concorda e 28% concorda totalmente).

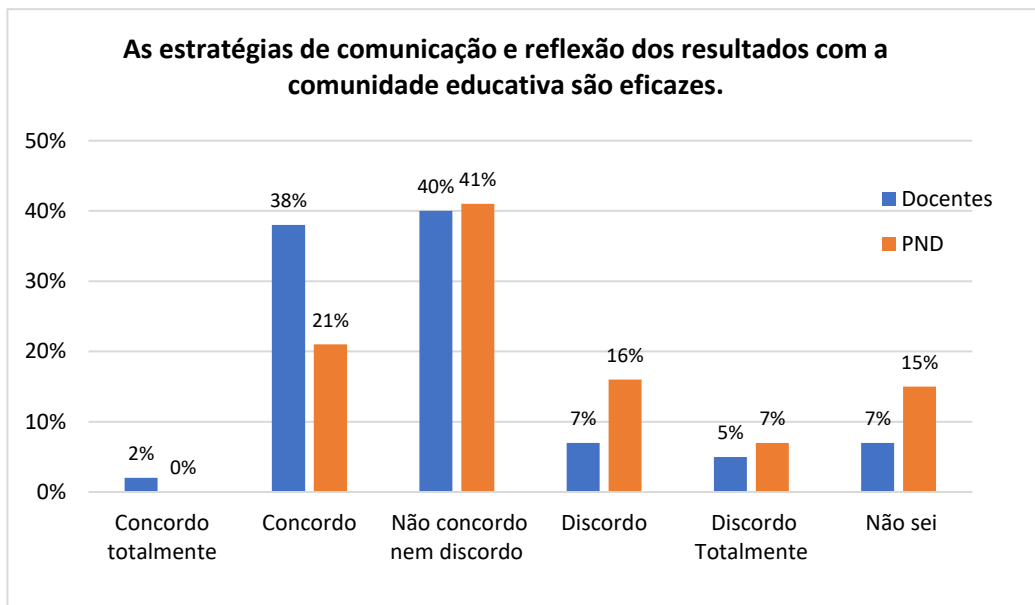
Passando para a questão complementar relativa à forma como as informações conduzem a reflexões nos universos em referência, é de salientar que os dados são esmagadores no concernente à existência de uma reflexão orientada em sede de reunião de SCAD/Departamento, no que respeita ao pessoal docente, conforme se pode verificar no gráfico nº 5.

Gráfico 5 – Reflexão dos resultados da autoavaliação do AES



Com efeito, 49% dos inquiridos docentes concorda com a existência de uma reflexão em grupo (SCAD e/ou Departamento), que é total para 16%. Curiosamente, nesta questão, os universos em referência aproximam-se, visto que 43% dos inquiridos não docentes exprime concordância com a existência de uma reflexão orientada (pelo superior hierárquico ou por um elemento da Direção) acerca dos resultados da autoavaliação do AES. Estes dados, que se afiguram contraditórios, resultam, na nossa ótica, de uma leitura do termo *autoavaliação* ancorado numa perspetiva individual, ao nível do pessoal não docente, o que reforça a necessidade de implementação urgente de ações no seio deste universo, no sentido de acautelar e reforçar uma participação efetiva e consciente no processo. De facto, face à questão que visava aferir a eficácia das estratégias de comunicação e de reflexão acerca dos resultados da autoavaliação do Agrupamento, temos um cenário de respostas que vem reforçar esta perspetiva, conforme se pode verificar no gráfico que, seguidamente, apresentamos.

Gráfico 6 – Eficácia das estratégias de comunicação e reflexão dos resultados da autoavaliação do AES



A incidência de respostas na zona de não compromisso (“Não concordo nem discordo”) de ambos os universos de inquiridos parece-nos ser, no caso do pessoal docente, uma evidência da dificuldade em perspetivar os efeitos reais das discussões/reflexões que inquestionavelmente decorrem em sede de reunião formal, e que possam situar-se num nível de eficácia mais elevado. No caso do pessoal não docente, os 41% assinalados nesse patamar, parecem-nos decorrer dos problemas anteriormente referidos (e que os 15% verificados no campo “Não sei” vêm reiterar).

Face ao exposto, no caso do pessoal docente, no que concerne à análise da existência de estratégias de comunicação e reflexão acerca dos resultados da autoavaliação, parece-nos indubitável a existência de uma tomada de conhecimento dos relatórios produzido pelo *Observatório de Qualidade*, bem como a reflexão acerca dos mesmos, particularmente em sede de SCAD/Departamento. Aliás, verificando as respostas apresentadas pelos Coordenadores de Departamento, a evidência de tal facto emerge cabal. Com efeito, os representantes das estruturas citadas referiram que os relatórios de autoavaliação do AES são analisados em reunião, após solicitação de leitura prévia aos docentes. Fundamentalmente no final dos trimestres e/ou ano letivo, são efetuados balanços que incidem sobre os resultados escolares, as atividades realizadas e os

progressos dos alunos, bem como são efetuadas propostas de melhoria para o ano seguinte. Segundo os Coordenadores, embora a análise não seja efetuada de forma tão consistente e sistemática como que se pretenderia, ao longo do ano vão sendo avaliados os problemas detetados e respetivas propostas de solução. Salientaram, ainda, que em sede de Conselho Pedagógico são efetivamente debatidos assuntos relacionados com a autoavaliação do AES e, conseqüentemente, as conclusões e propostas de melhoria são transmitidas aos docentes e, caso se verifique pertinente, aos alunos.

Ainda no atinente à perspetiva global do AES acerca das estratégias de comunicação e reflexão, quisemos auscultar a Sr.^a Presidente do Conselho Geral (CG), nomeadamente no que concerne à existência de procedimentos previamente estipulados relativamente à forma como os representantes do AES com assento no CG comunicam o conteúdo dos relatórios da autoavaliação interna do Agrupamento e/ou acicatam a reflexão junto das estruturas que representam. Face a esta questão, a Sr.^a Presidente do CG, referiu, então, que “As estruturas que estão mais envolvidas nestas questões acabam por ser as mais diretamente relacionadas com a escola: docentes, não docentes e alunos e de um modo indireto encarregados de educação e autarquia. Não está previsto no regimento do CG esta análise em sede de outras estruturas, mas ela é feita nos grupos disciplinares e departamentos onde os docentes têm assento. Por outro lado, sempre que há aprovação dos documentos estruturantes: Regulamento interno, PAA e respetivos relatórios acaba por se ir ao encontro do que se pretende com a ação educativa do AES, garantindo que esses documentos e a sua execução cumpram esse desígnio.” (cf. questão nº 2 do Questionário/Entrevista à Presidente do Conselho Geral do AES). Face a esta resposta, verificamos que de facto a análise e reflexão dos dados da autoavaliação do AES estão centrados na rentabilização dos representantes com assento nos diversos órgãos em que as questões relativas às análises feitas pelo OQ são debatidas/apresentadas, facto que se agiliza de forma razoavelmente eficaz e clara no que respeita aos docentes, menos clara quando movemos o foco da questão para o pessoal não docente (assim como para os representantes dos pais/encarregados de educação e alunos).

Neste âmbito, a perspetiva do Sr. Diretor vai ao encontro do referido pelos Coordenadores e pela Sr.^a Presidente do CG, reiterando a pertinência do papel dos

representantes das diversas estruturas com assento nos diferentes órgãos. Com efeito, afirma que “Aquando da divulgação dos relatórios dos três domínios avaliados foi efetuada a apresentação dos mesmos pela coordenadora do OQ, no Conselho Geral e no Conselho Pedagógico e subsequentemente foi promovida a reflexão e análise criteriosa dos mesmos nestes órgãos. Ulteriormente, nas estruturas intermédias, e numa análise que se pretendia mais fina, os docentes procederam também à análise dos relatórios e à definição de linhas de atuação conducentes ao aprimoramento das práticas educativas.” (cf. questão nº 3 do Questionário/Entrevista ao Diretor do AES).

2. Consistência e impacto do processo de autoavaliação

2.1. Abrangência e rigor no processo de recolha e análise de dados.

As pesquisas em educação não podem ignorar os quadros de referência paradigmáticos³ que as orientam e, conseqüentemente, provocar um debate sobre a contribuição das abordagens quantitativa e qualitativa para a aproximação à realidade estudada. Apesar da diversidade de perspetivas de investigação qualitativa desencadear algumas dificuldades, quando se pretende definir pautas rígidas de atuação, é possível delinear os aspetos teóricos e metodológicos básicos que dão consistência às análises efetuadas nos domínios abrangidos pelo quadro de referência do terceiro ciclo da avaliação externa das escolas. As diferentes fases deste processo basearam-se em investigação quantitativa e qualitativa e em cada momento existiu uma estreita relação entre modelo teórico, estratégias de pesquisa, métodos de recolha e análise de informação, avaliação e apresentação dos resultados de pesquisa. Uma das formas de assegurar a validade interna é através do recurso à triangulação dos dados⁴. A maior diversidade e integração de métodos produzem uma maior confiança nos resultados (Santos, 1999, 2002). Desta forma, o OQ, nos quatro domínios em análise, optou por uma abordagem multimetodológica, contemplando recolha de amostras representativas e

³ Entende-se paradigma como um sistema de crenças, princípios e postulados que informam, dão sentido e rumo às práticas de investigação (Serrano, 2004; Denzin, Lincoln, e col., 2006).

⁴ A triangulação consiste em combinar dois ou mais pontos de vista, fontes de dados, abordagens teóricas ou métodos de recolha de dados numa mesma pesquisa para que possamos obter como resultado final um retrato mais fidedigno da realidade ou uma compreensão mais completa do fenómeno a analisar (Santos, 1999, 2002).

emparelhadas da comunidade escolar, análise documental e a entrevista semiestruturada.

Seguidamente, apresentamos uma síntese relativa à forma como os procedimentos em referência foram agilizados por domínio (de acordo com o trabalho realizado nos anos transatos e também no atinente ao domínio que no presente relatório se aborda).

Módulo I – Resultados Académicos

Deu-se continuidade ao processo de autoavaliação escolar, tendo como referencial os parâmetros da IGEC – Inspeção Geral da Educação e Ciência para 2016/2017. Em virtude da publicação pela DGEEC e JNE do relatório «PROVAS FINAIS E EXAMES NACIONAIS - PRINCIPAIS INDICADORES - Ensino Básico e Secundário 2017», introduziu-se, pela primeira vez, uma análise estatística dos percursos diretos de sucesso que refletem a percentagem de alunos que apresentam um trajeto sem retenções ao longo do ciclo e classificação positiva nas provas finais ou exames nacionais.

- O estudo reflete a análise dos resultados relativos ao ensino pré-escolar, ao ensino básico e secundário, nomeadamente:
 - a evolução das taxas de transição, retenção e conclusão;
 - a evolução das taxas de sucesso;
 - o percurso de uma geração de alunos;
 - os percursos diretos de sucesso;
 - a comparação das classificações internas, por disciplina, com as classificações obtidas nos exames nacionais;
 - a comparação das médias dos exames obtidas pelos alunos do AES e as médias obtidas a nível nacional pelos alunos internos;
 - a comparação das médias do AES obtidas nas provas/exames nacionais com as médias obtidas pelas escolas de referência consideradas (NUTS III/Médio Tejo);
 - a evolução das taxas de sucesso dos alunos com apoios pedagógicos;
 - a evolução das taxas de sucesso e de empregabilidade nos cursos profissionais;
 - a apreciação da evolução do comportamento e disciplina e da valorização e impacto das aprendizagens.
- Os dados foram recolhidos a partir das seguintes fontes:

- análise de resultados do Agrupamento para o triénio 2014/15 a 2016/17;
- pautas de classificações finais de frequência;
- pautas dos exames nacionais;
- base de dados dos programas ENEB e ENES;
- dados fornecidos pelos relatórios do JNE;
- dados fornecidos pelo Relatório da DGEEC e JNE de janeiro de 2018;
- dados obtidos no programa MISI;
- dados publicados pelo IAVE.

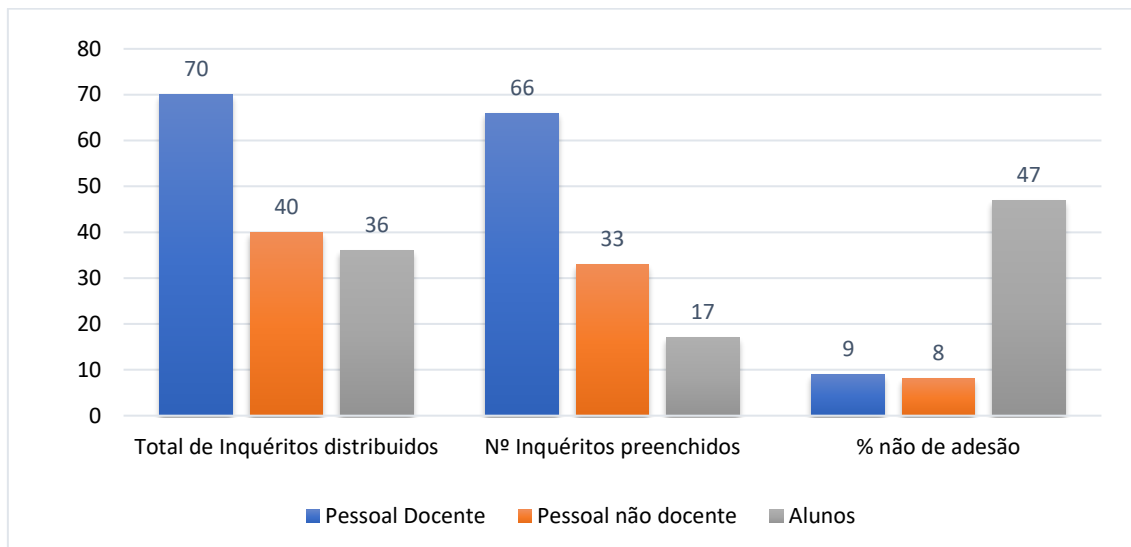
Módulo II - Prestação do Serviço Educativo

A metodologia utilizada contemplou a elaboração e aplicação de inquéritos, de resposta fechada e aberta, dirigidos a alunos, educadores, professores e encarregados de educação e entrevistas a alguns assistentes operacionais diretamente implicados no apoio a alunos que beneficiavam de medidas adicionais. Foram aplicados 300 inquéritos aos alunos, 192 aos encarregados de educação e 58 a docentes. Os referidos inquéritos foram direcionados aos subdomínios “planeamento e articulação”, “práticas de ensino”, “monitorização e avaliação das aprendizagens”.

Módulo III – Liderança e Gestão

A metodologia utilizada contemplou entrevistas com o Sr. Diretor, com a Senhora Presidente do Conselho Geral e com a Senhora Presidente da Associação de Pais, bem como a elaboração e aplicação de inquéritos, de resposta fechada, dirigidos a alunos, docentes e não docentes, cujos resultados deram origem a gráficos comparativos. Dos 70 questionários distribuídos aos docentes foram preenchidos 66 e dos 40 questionários distribuídos aos não docentes foram preenchidos 33, o que revela um elevado grau de adesão à autoavaliação. Já no que concerne aos 36 questionários distribuídos aos delegados e subdelegados das turmas dos 9º, 10º, 11º e 12º anos, apenas 17 os preencheram, o que revela um baixo grau de adesão por parte dos discentes.

Gráfico 7- percentagem de não adesão



Módulo IV – Autoavaliação

A metodologia utilizada na construção do presente relatório contemplou entrevistas com o Senhor Diretor, com a Senhora Presidente do Conselho Geral, Coordenadores de Departamento e com a Senhora Presidente da Associação de Pais, bem como a elaboração e aplicação de inquéritos, de resposta fechada, dirigidos a docentes e não docentes, cujos resultados deram origem a gráficos comparativos. Dos 100 questionários distribuídos aos docentes foram preenchidos 81, e dos 70 questionários distribuídos aos não docentes foram preenchidos 61, o que revela um elevado grau de adesão à autoavaliação.

2.2. Melhoria contínua e monitorização

O processo de autoavaliação de uma organização escolar visa, necessariamente, uma melhoria contínua, envolvendo uma construção documental estruturada, consistente, abrangente e sólida, assente em dados concretos e fiáveis, sustentando informação credível. Face ao exposto no ponto anterior, parece-nos indiscutível terem sido esses os princípios subjacentes à ação do OQ e, conseqüentemente, aos relatórios anuais produzidos. Efetivamente, houve a preocupação constante de adequar a ação, a construção dos inquéritos/entrevistas, compor os enquadramentos teóricos à luz de todas e quaisquer mudanças ao nível da moldura legal e/ou da realidade do AES.

Contudo, e não obstante esta constatação, a observação da melhoria contínua necessária e pretendida implica uma monitorização da evolução do processo que pode ser concretizada através de instrumentos assentes em indicadores concretos que permitam avaliar, ao longo do tempo, o desenvolvimento de planos de melhoria (constituídos a partir da autoavaliação).

É precisamente no ponto em apreço que se afigura um hiato no fio condutor do trabalho realizado ao nível da avaliação interna desta organização. De facto, e sendo certo que anualmente é elaborado um relatório que tem ajustado, ao longo do tempo, o ponto de focalização da sua observação em consonância com o devir da Escola, destacando pontos fortes, constrangimento e sugestões de melhoria, não é menos verdade que tal análise se fragiliza, visto não se verificar formalmente a transformação da informação produzida em linhas de atuação dirigidas de forma direta e assertiva aos diferentes setores da comunidade educativa. De facto, sem a existência de diretrizes formalizadas que impliquem a passagem por um crivo criado para o efeito, não podemos considerar a existência de uma monitorização eficaz.

Para assegurar uma visão adequada desta questão atinente à monitorização, auscultamos as estruturas fundamentais do AES. Em particular, quisemos saber, junto da Sr.^a Presidente do Conselho Geral se, ao nível desse órgão, se tinham verificado/agilizado mecanismos de monitorização, atendendo a que tais procedimentos se inscrevem na competência do CG no atinente ao acompanhamento e à avaliação do funcionamento do agrupamento de escolas ou escola não agrupada - cf. o nº3 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho. Verificámos que o processo de monitorização/avaliação das ações de melhoria decorrentes dos relatórios de autoavaliação “Não foi feito diretamente mas terá sido feito quando se analisam planos de atividades e quando se avalia o grau de consecução das atividades realizadas.” (cf. questão 3 do Questionário/Entrevista à Presidente do CG do AES).

No campo em apreço, é destacado pelo Sr. Diretor do AES o trabalho de monitorização efetuado no contexto das medidas de apoio à aprendizagem e inclusão, mas é igualmente reconhecido que, no geral, o acompanhamento/monitorização de ações

concretas de melhoria terá ficado aquém do desejável (cf. questão nº 5 do Questionário/Entrevista ao Diretor do AES). A perspectiva relativa à educação inclusiva é igualmente reforçada pela Coordenadora da Educação Especial que, sendo auscultada sobre a monitorização e avaliação das ações de melhoria, decorrentes dos relatórios de autoavaliação do AES, em sede de Departamento (no que concerne a resultados dos alunos acompanhados pela Educação Especial, prestações do serviço educativo/práticas pedagógicas, concertação de procedimentos atinentes ao cumprimento das metas/objetivos subjacentes ao Projeto Educativo do AES), respondeu afirmativamente, explicitando que “No auto relatório final pedido a todos os elementos do departamento, é pedida uma reflexão sobre os resultados dos alunos, as práticas pedagógicas e sugestões de melhoria.” (cf. questionário dirigido à Coordenadora da Educação Especial). No mesmo sentido, os restantes Coordenadores de Departamento reafirmam a realização da monitorização e a avaliação das ações de melhoria, decorrentes dos relatórios de autoavaliação do AES, em sede de Departamento (no que concerne a resultados dos alunos, prestações do serviço educativo/práticas pedagógicas, concertação de procedimentos atinentes ao cumprimento das metas/objetivos subjacentes ao Projeto Educativo do AES), através de balanços realizados trimestralmente e mormente no final do ano, em que se reveem práticas, se analisa a eficácia dos apoios e das medidas implementadas, se reflete acerca daquilo que futuramente poderá/deverá ser desenvolvido para melhorar os resultados dos alunos e elevar o grau de sucesso.

É de salientar que foi concebido e disponibilizado ao universo docente um documento intitulado “Síntese do Projeto Educativo” que abrange um conjunto de medidas alinhadas com as metas a atingir, decorrentes de fragilidades/problemas identificados. Contudo, a previsão de implementação carece de atualização, não tendo sido dado, desde 2018, seguimento ao documento em causa (bem como ao “Plano de Ação Estratégica”, documento extremamente pertinente, mas datado de 2016).

Face ao exposto, por forma a garantir a melhoria contínua do processo de autoavaliação, bem como do funcionamento do próprio AES, urge criar mecanismos e instituir procedimentos concertados e eficazmente partilhados de monitorização e avaliação das ações de melhoria que possam abranger os diversos setores da vida do AES e espelhar

de forma inequívoca a existência de um dispositivo que permita a autorregulação do Agrupamento com sistematicidade, garantindo a qualidade desta organização escolar e da sua capacidade de autoanálise.

2.3. Impacto das práticas de autoavaliação

Sendo a melhoria e a superação os propósitos de qualquer dispositivo de autoavaliação, emerge crucial proceder a uma análise retrospectiva, em virtude da metodologia utilizada e da lógica da abordagem adotada pelo OQ, no concernente ao impacto da avaliação interna do AES.

Desta forma, será tomada como fio condutor a entrevista ao Sr. Diretor que procuraremos articular e cruzar com o ponto de vista dos demais elementos da comunidade educativa.

2.3.1. Evidências da autoavaliação na melhoria do AES ao nível organizacional e curricular

Começámos por inquirir o Sr. Diretor sobre as evidências da autoavaliação na melhoria do AES ao nível organizacional e curricular. Nesta sequência, obtivemos um elenco de aspetos que passamos a reproduzir:

“a) na melhoria organizacional da escola;

- Promoção do trabalho colaborativo entre docentes através da implementação de uma hora comum nos horários para uma reunião semanal;
- Incremento de meios tecnológicos (ex. portal GIAE, plataforma G Suite);
- Facilidade no acesso à cópia e impressão e centralização do controlo do deste processo;
- O processo de identificação da necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão permitiu respostas mais céleres às necessidades dos alunos;
- Ação concertada da EMAEI com as estruturas do AES e com entidades externas, nomeadamente com o Projeto Bússola, CPCJ e Segurança Social.

b) na melhoria do desenvolvimento curricular;

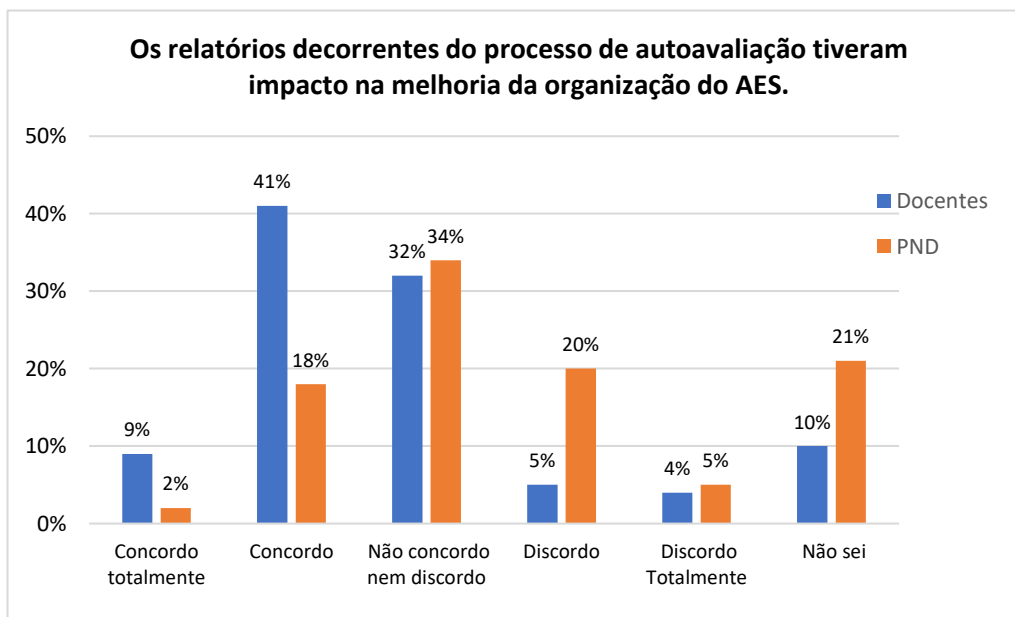
- Disponibilização de *tablets* nas aulas do primeiro ciclo, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação no Médio Tejo (PEDIME) - Projeto de Apetrechamento das Escolas;

- Implementação da área “Iniciação à Programação” no primeiro ciclo de escolaridade;
- Abrangência das medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão a fim de promover o sucesso educativo de todos os discentes;
- Centralidade das BE na promoção do sucesso escolar dos alunos mormente através da promoção de hábitos de leitura e de escrita;
- Relevância de alguns projetos desenvolvidos na escola para a formação integral dos alunos pelo convite que encerraram a uma intervenção mais ativa dos mesmos.”.

Analisando os questionários dirigidos aos Coordenadores dos Departamentos, registamos o destaque de alguns aspetos que vão encontro dos suprarreferidos. Com efeito, os Coordenadores colocaram em evidência a introdução dos tempos nos horários dos docentes para trabalho colaborativo; a organização semestral de algumas disciplinas e a gestão/divisão de turmas grandes (incluindo as dos cursos profissionais); a adequação dos horários às matrizes curriculares sem descurar as opções dos alunos. Ainda é apontada uma melhoria na veiculação da informação entre as várias estruturas do Agrupamento, particularmente atinente ao aumento de celeridade e diminuição da distorção. É ainda destacada a melhoria na articulação com o CFAE, assim como o acréscimo de parcerias envolvidas no desenvolvimento de projetos, facto que promove o sentido de pertença dos intervenientes e, concomitantemente, a boa imagem do AES no meio envolvente.

De salientar que não se verificou uma absoluta unanimidade na observação das evidências de melhoria citadas (cf. questionários abertos aos Coordenadores dos Departamentos), ainda que, no geral, seja notório o reconhecimento da existência de um ambiente de confiança, solidariedade e abertura na resolução de diversas situações, fruto de um estilo de liderança que promove a apresentação de problemas e o debate nas várias estruturas do AES.

Relativamente à perspetiva, em geral, que é assumida pelo pessoal docente e não docente, a perceção da melhoria decorrente do processo de autoavaliação do AES é significativamente diferente nos dois universos em referência, como se pode verificar no gráfico 8.

Gráfico 8 – Impacto da autoavaliação na melhoria da organização do AES

Um olhar sobre o gráfico reproduzido permite rapidamente constatar a tendência que se tem manifestado ao longo da análise subjacente ao presente relatório: o pessoal não docente revela dificuldade na expressão de opinião no âmbito deste processo de autoavaliação do AES. Com efeito, na questão em referência, as suas respostas incidem fundamentalmente na zona de não compromisso (34% dos inquiridos assinalou “Não concordo nem discordo”), existindo um número muito significativo de respostas no item “Não sei” (21%), percentagens superiores à equilibrada manifestação assertiva de concordância (18%) ou discordância (20%).

No atinente ao universo do pessoal docente, 50% dos inquiridos concorda com a existência de melhorias na organização do AES decorrentes do processo de autoavaliação (41% exprimiram concordância, sendo total para 9% dos docentes), contudo os 32% que se situam na zona de não compromisso poderão decorrer da intenção de expressar uma avaliação do impacto em apreço num nível intermédio, facto que merece alguma reflexão. Relativamente aos 10% de inquiridos que assinalam o campo “Não sei” só poderá explicar-se à luz da mudança no corpo docente ocorrida nos anos transatos, facto que compromete uma mais fundamentada visão e subsequente

análise da realidade organizacional do AES e a sua correlação com os registos efetuados em sede de autoavaliação.

2.3.2. Evidências da autoavaliação na melhoria do processo de ensino e de aprendizagem

O campo associado à melhoria das aprendizagens dos alunos é crucial na análise da evolução de uma organização escolar alinhada com o paradigma de Escola atual. De facto, e como referimos em momentos anteriores (cf. 1.2.2.), o foco da ação do AES incide no objetivo de garantir o sucesso dos seus alunos, recorrendo a uma abordagem multinível, promovendo a realização de aprendizagens articuladas com o desenvolvimento de competências diversas e adequadas à realidade contemporânea. Neste sentido, o desígnio essencial do processo de melhoria do funcionamento desta organização escolar deverá abarcar a confirmação de que esta instituição tem sabido prosseguir um caminho de progressivo aprimoramento, objetivo fundamental da sua autoanálise.

Assim, e à semelhança do procedimento adotado no subponto anterior, e tendo auscultado o Sr. Diretor no atinente às evidências da autoavaliação na melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, passamos a reproduzir o seguinte elenco, então, enunciado (cf. Questionário/Entrevista ao Diretor do AES):

“c) na melhoria do processo de ensino e de aprendizagem;

- Implementação de uma hora comum nos horários dos docentes para uma reunião semanal de trabalho cooperativo;
- Canalização de um número significativo de horas do crédito para as medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão (AIFSA, AISA, Salas de Estudo, Tutoria, ATE)
- Aquisição de equipamento/material específico para as disciplinas de carácter laboratorial, nomeadamente no âmbito do PEDIME - Projeto de Apetrechamento das Escolas;
- Adesão ao programa - Correção da Acuidade Visual e Auditiva no Pré-Escolar;
- Projeto “Pequenos Cientistas” no 1.º ciclo;
- Criação do Clube de Ciências no 2.º ciclo;
- Investimento nas bibliotecas escolares;

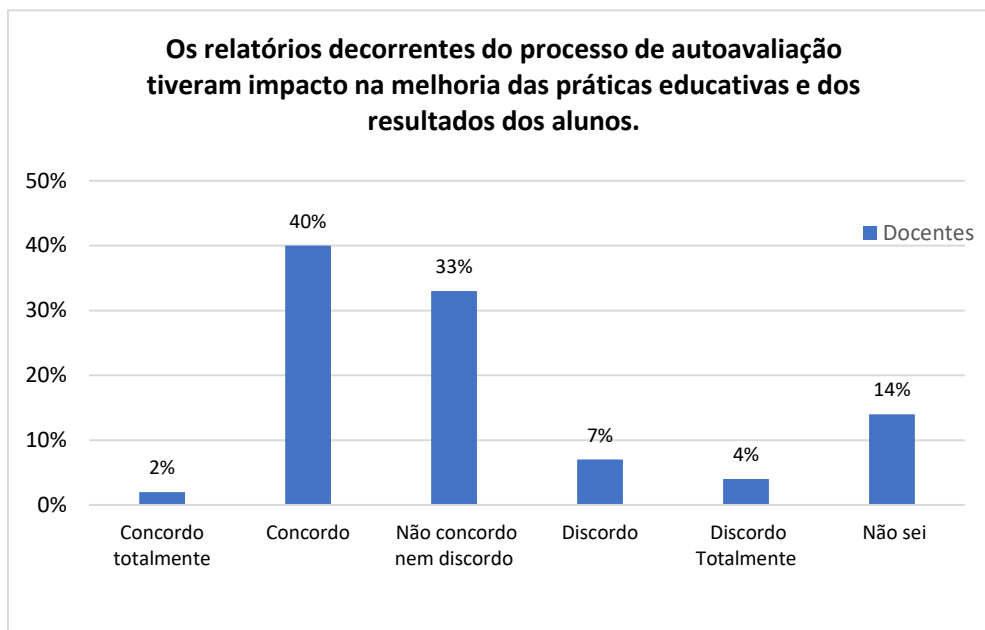
- Adesão ao Programa de Visitas de Estudo da CIM Médio Tejo;
- Adesão ao programa Miúdos Digitais (Programa Intermunicipal para o Pré-Escolar);
- Adesão ao programa de sessões de preparação das visitas de estudo para o 1º ciclo aos Centros Ciência Viva para os professores, no âmbito do PEDIME;
- Implementação do Programa de Mentorias.”

Em síntese, constatamos que o Sr. Diretor concede particular destaque a ações de natureza diversa, desde aquelas que diretamente estão implicadas num melhor funcionamento das equipas educativas e na efetivação de trabalho colaborativo/cooperativo entre docentes, até às que se prendem com a aquisição de recursos materiais e, ainda, com outras atinentes à adesão a diferentes Programas, tendentes a assegurar a elevada qualidade do serviço educativo prestado, nomeadamente garantindo o maior leque possível de iniciativas relativas à efetivação do melhor apoio às aprendizagens de todos os alunos.

Analisando os questionários dirigidos aos Coordenadores dos Departamentos, emerge alguma sintonia com o referido pelo Sr. Diretor, destacando os representantes destas estruturas aspetos como o incremento do trabalho colaborativo e que se focaliza na delineação de estratégias de apoio à melhoria das aprendizagens e na previsão de atividades de recuperação. A este propósito, estes líderes intermédios referiram, também, a pertinência da existência e funcionamento das salas de estudo; os regimentos dos Clubes relacionados com os Departamentos e, obviamente, a definição de critérios de avaliação/classificação alinhada com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e normativos legais associados. Ainda, em particular pelo Coordenador do Departamento de Ciências Experimentais, foi mencionado o facto de serem partilhados em grupo as metodologias e os processos de ensino inovadores que decorram de ações de formação específicas.

No âmbito em apreço, verificámos a visão que a este propósito tem o pessoal docente, tendo sido colhidas respostas que se refletem no seguinte gráfico:

Gráfico 9 – Impacto da autoavaliação na melhoria do processo de ensino e de aprendizagem



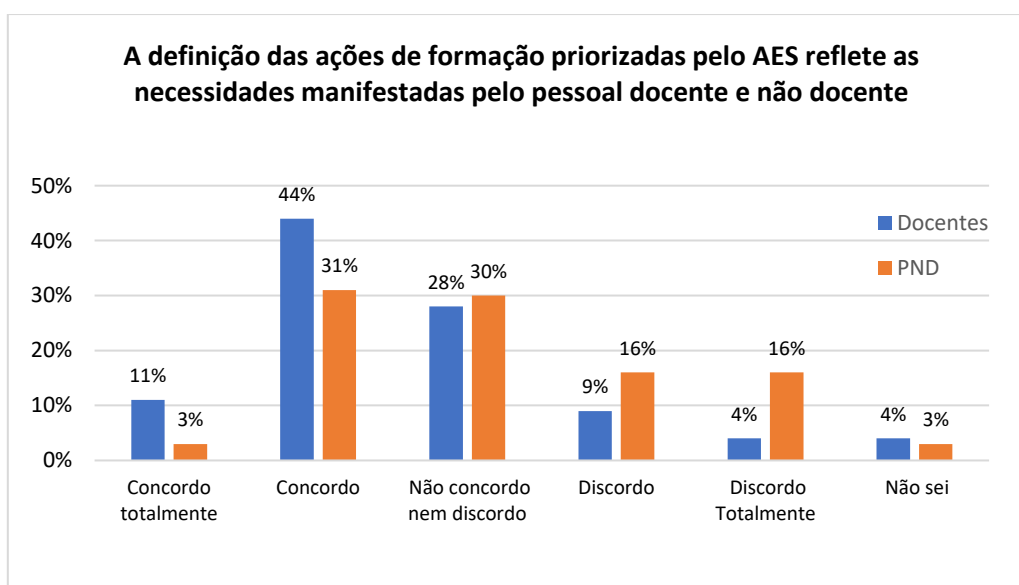
Dos dados apresentados supra, emerge que um número significativo de inquiridos concorda com a existências de impacto da autoavaliação na melhoria das práticas educativas e dos resultados dos alunos (40%), embora deva ser alvo de reflexão o facto de um número significativo de docentes assinalar a sua resposta na zona de não compromisso (33% das respostas recaem no item “Não concordo nem discordo”). Esta situação poderá decorrer do facto de cada inquirido ter dificuldade em avaliar a questão com que foi confrontado de forma mais global, visto dominar, essencialmente, aquilo que diz respeito ao seu grupo/Departamento e/ou nível de ensino (inferência que nos remete, novamente, para um problema geral ao nível da circulação eficaz da informação atinente ao processo de autoavaliação do AES e aos aspetos que concernem ao seu funcionamento enquanto unidade orgânica que diz respeito a todos).

2.3.3. Evidências da autoavaliação na definição da formação contínua e na avaliação do seu impacto

No Decreto-Lei nº 22/2014 de 11 de fevereiro “estabelece -se um novo paradigma para o sistema de formação contínua, orientado para a melhoria da qualidade de desempenho dos professores, com vista a centrar o sistema de formação nas prioridades identificadas nas escolas e no desenvolvimento profissional dos docentes, de modo que a formação contínua possibilite a melhoria da qualidade do ensino e se

articule com os objetivos de política educativa local e nacional. Nesta perspetiva, a análise das necessidades de formação, visando a identificação das prioridades de curto prazo, constitui-se como eixo central da conceção dos planos anuais ou plurianuais de formação, e tem por base os resultados da avaliação das escolas e as necessidades de desenvolvimento profissional dos seus docentes.” Fica desta forma clara a importância que reveste a formação contínua no papel desempenhado pelo pessoal docente. No sentido de se entender se as ofertas de formação priorizadas pelo AES refletem as necessidades do pessoal docente e se estas formações contribuíram para a melhoria do seu desempenho profissional, foram inquiridos os docentes do agrupamento. Apresentam-se os resultados ao questionário no seguinte gráfico:

Gráfico 10 – Impacto da autoavaliação na definição das ações de formação dirigidas ao pessoal docente e não docente



Quanto à primeira questão, verifica-se que 55% dos inquiridos considera que as suas necessidades formativas foram priorizadas, pelo que, e apesar de 37% dos docentes revelarem algumas dúvidas acerca do papel do AES sobre este assunto e alguns não saberem responder, se destaca a preocupação do Agrupamento em facultar ao pessoal docente formação nas áreas em que estes manifestaram interesse. A contribuir para esta atuação positivo da Direção refira-se o seguinte comentário retirado das respostas a questionários aos Coordenadores na questão 4 - Observa evidências da autoavaliação do AES relativa a “melhoria organizacional da escola? Em que aspetos?”:

“...Incentivo à participação em ações de formação que visem o melhoramento profissional; a direção fomenta, com a sua atuação, um ambiente de confiança e solidariedade.”

“- a melhoria na colaboração/ligação ao CFAE, com a auscultação das necessidades de formação, posterior divulgação e implementação das iniciativas de formação e avaliação de docentes;”.

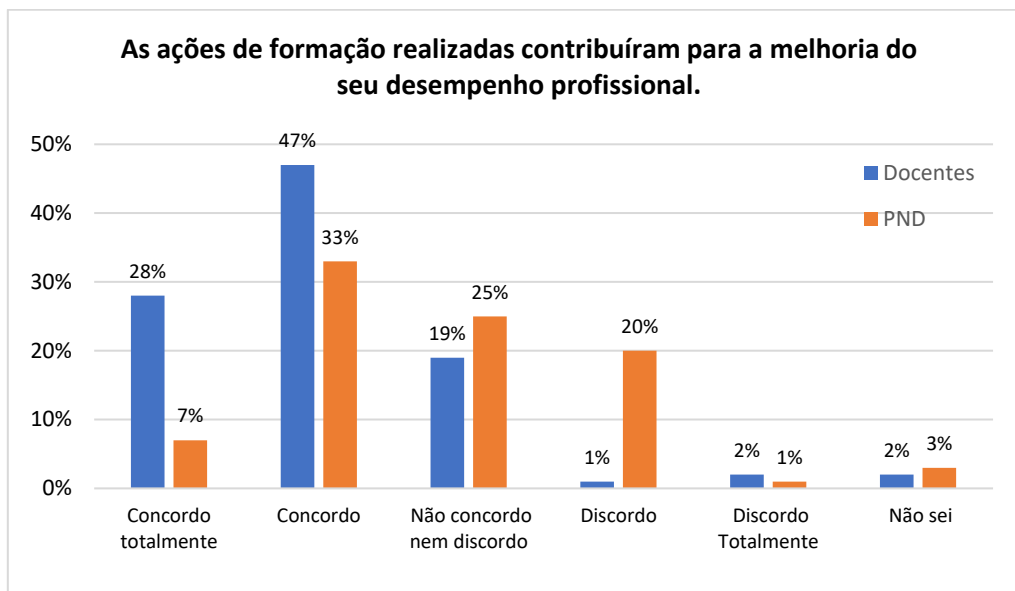
A segunda questão analisada neste ponto diz respeito ao efeito das ações frequentadas e a sua contribuição na melhoria do desempenho profissional. 75% dos docentes que responderam ao inquérito consideraram que as ações foram proficientes o que, por si, dá a entender que as ações tiveram um impacto positivo no trabalho desenvolvido no AES.

As mesmas questões foram colocadas ao pessoal não docente. O Decreto-Lei nº 184/2004, de 29 de julho refere que “o sistema educativo não pode deixar de ter em conta as especiais características do papel dos recursos humanos, que, não diretamente implicados no processo educativo em si, constituem um fator indispensável ao sucesso deste, na vertente da organização e funcionamento dos estabelecimentos de educação ou de ensino e do apoio à função educativa.” Consequentemente e no sentido de qualificar estes mesmos recursos humanos, o Decreto-Lei nº 86-A/2016, de 29 de dezembro vem legislar a necessidade de avaliação contínua que, claro está, também abrange o pessoal não docente. Assim, é perceptível que por parte da tutela a formação é essencial para assegurar a qualificação profissional quer do pessoal docente que do não docente, para responderem às exigências decorrentes das suas respetivas missões, atribuições e competências, assim como aos desafios que se colocam ao Sistema Educativo atual.

No AES, 32% do pessoal não docente considera que não são tidas em conta as suas necessidades, no que à definição das ações de formação diz respeito, e apenas 33% considera que o AES tem de facto em conta as suas necessidades. Saliente-se o facto de 30% dos inquiridos não responderem de uma forma clara, o que é indiciador de que esta questão tem de ser repensada e melhorada.

Quanto à contribuição das ações de formação realizadas para uma melhoria do seu desempenho profissional, 40% dos inquiridos reconhece que tal aconteceu contra 33% que discorda. Os dados apontados estão expressos no gráfico abaixo.

Gráfico 11 – Contributos das ações de formação na melhoria do desempenho profissional do pessoal docente e não docente



Feita a análise destes dois parâmetros, podemos concluir que se registou uma melhoria na definição de formação pelo AES das necessidades do pessoal docente, algo que não aconteceu quanto às necessidades sentidas pelo pessoal não docente.

No que respeita à contribuição das ações realizadas para uma melhoria do desempenho profissional, destaca-se um maior agrado no corpo docente contrariamente ao pessoal não docente que demonstra alguma insatisfação, levando a crer que as ações frequentadas não responderam às suas necessidades.

Em suma o AES deve continuar a melhorar a sua atuação junto do corpo docente, mas sobretudo trabalhar no sentido de ouvir e dar resposta às solicitações do pessoal não docente, por forma a proporcionar uma oferta formativa que resulte no cumprimento do estipulado pela legislação em vigor e, concomitantemente, responda às necessidades e expectativas dos trabalhadores desta organização escolar.

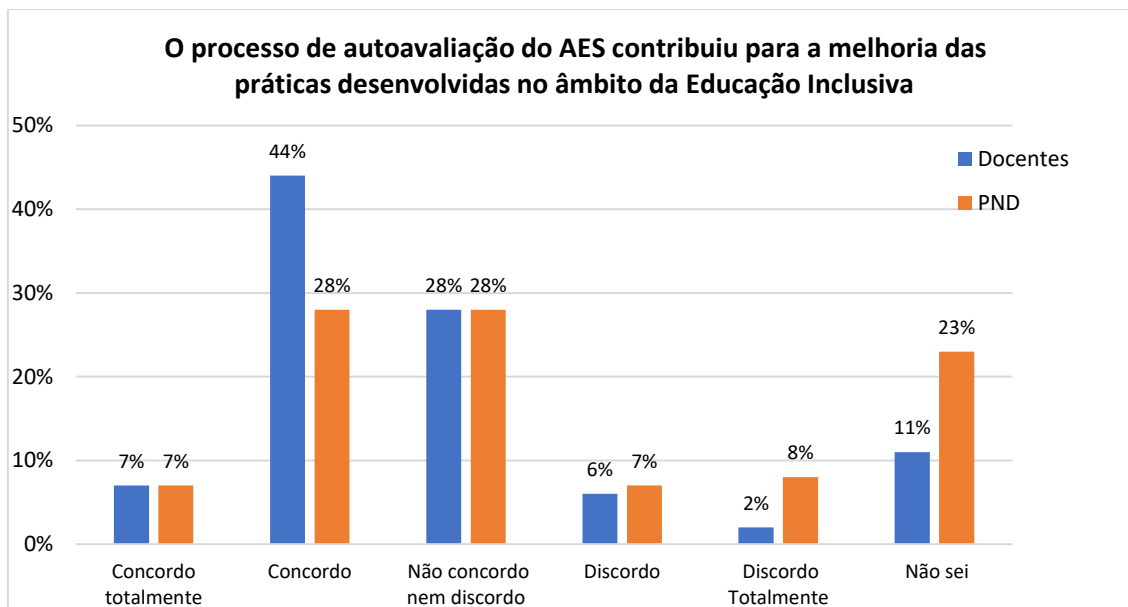
2.3.4. Evidências do contributo da autoavaliação para a melhoria da educação inclusiva

No que diz respeito ao contributo da autoavaliação para a melhoria da educação inclusiva, o Sr. Diretor nas respostas ao seu Questionário/Entrevista (cf. questão 6, d)) focou várias estratégias implementadas com esse mesmo objetivo:

- “Rentabilização dos recursos docentes a fim de apoiar os alunos com mais dificuldades, colocando a primazia na intervenção precoce;
- Disponibilização de um número significativo de horas para AISA e AIFSA;
- Afetação de psicólogos clínicos, através do Plano de Desenvolvimento Pessoal Social e Comunitário;
- Afetação de recursos humanos aos alunos com medidas adicionais, mormente através de mais apoios individualizados em sala de aula;
- Metodologia de funcionamento do CAA;
- Dotação do CAA com mais equipamentos e recursos educativos;
- Sensibilização para um maior envolvimento dos encarregados de educação no processo formativo dos seus educandos;
- Disponibilização de apoios terapêuticos aos alunos com necessidades especiais (terapia da fala, terapia ocupacional e psicologia);
- Implementação dos Planos Individuais de Transição dos alunos com medidas adicionais através de protocolos com entidades parceiras e empresas locais;
- Sala sensorial destinada aos alunos com necessidades especiais;
- Papel desempenhado pela EMAEI na articulação entre os docentes dos vários níveis de ensino, nomeadamente entre o pré-escolar/SNIPI e o primeiro ciclo;
- O processo de identificação da necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão permitiu respostas mais céleres às necessidades dos alunos;
- Ação concertada da EMAEI com as estruturas do AES e com entidades externas, nomeadamente com o Projeto Bússola, CPCJ e Segurança Social.”.

Quanto à perceção do pessoal docente e não docente, observamo-la no gráfico infra.

Gráfico 12 – Impacto da autoavaliação na melhoria das práticas desenvolvidas no âmbito da Educação Inclusiva



A maioria dos docentes (51%) considera que aquelas tiveram um impacto positivo. Esta conclusão não é partilhada pelo pessoal não docente, dos quais apenas 35% encaram estas medidas como proveitosas. É de salientar que 28% dos docentes e 28% dos não docentes não respondem de forma clara não concordando ou não discordando e 23% do pessoal não docente afirma que não sabe responder a esta questão.

A Coordenadora da Educação Especial refere que é pedida uma reflexão sobre os resultados dos alunos, as práticas pedagógicas e sugestões de melhoria.

Considerou positiva a organização dos horários dos docentes de educação especial, mas salienta como insuficiente a afetação dos recursos, ao nível dos técnicos.

Analisados os questionário e gráficos, percebe-se que apesar da maioria do corpo docente considerar que o impacto das medidas foi proficiente, existe uma percentagem demasiadamente elevada de docentes que não se compromete claramente com este impacto. Salienta-se também a posição do pessoal não docente que não responde claramente à questão.

Face a análise feita poderão ser elaboradas várias suposições relativamente à forma como foram dadas a conhecer aos docentes as estratégias implementadas pelo AES para a melhorias das práticas educativas/ pedagógicas no âmbito da Educação inclusiva. Da

mesma forma, colhe pertinência questionar se o pessoal não docente tinha conhecimentos destas estratégias e/ou se tem conhecimento real do impacto destas medidas para poder manifestar-se, dado o problema que existe em relação à agilização de mecanismos de comunicação/divulgação de informação junto deste universo de profissionais. Mais se reitera que se afigura notória alguma precariedade na comunicação entre algumas estruturas, de um modo geral: o pessoal não docente revela estar pouco informado sobre as estratégias implementadas no agrupamento e que se destinam à Educação Inclusiva e o pessoal docente também não aparenta ter um conhecimento claro das estratégias do AES delineadas para esta questão.

3. Conclusão

Como nota final deste relatório, destacamos, após a observação de inquéritos e questionários, que existe um reconhecimento geral da importância do processo de autoavaliação do AES, não obstante a ausência de uma valorização clara e objetiva do mesmo. De facto, desenvolver os mecanismos de autoanálise que permitam a reorientação da ação desta organização escolar, no sentido de proporcionar um contínuo desenvolvimento da qualidade do serviço que presta, alinhado com os normativos legais e com os desafios atuais, é crucial e um desígnio perfeitamente enquadrado nas ações que neste momento são superiormente determinadas, nomeadamente no *Plano 21/23 Escola+* (cf. Resolução de Conselho de Ministros nº 90/21, de 7 de julho).

Por fim, reiteramos que o processo de autoavaliação exige que cada Escola desenvolva a capacidade de proceder à autorreflexão, por forma a identificar os aspetos a melhorar e a definir um percurso que garanta a resolução dos seus problemas, a minoração das suas fragilidades e que, no final, se traduza na melhoria do seu funcionamento, do desempenho dos seus profissionais e na qualidade do serviço prestado.

No entanto, e conforme tudo o que foi colocado em evidência nos anos transatos e retomado no presente relatório, este é um processo que depende de uma responsabilidade coletiva, ainda que partilhada, devendo garantir o envolvimento, a participação e o compromisso de todos os interessados e implicados. Com efeito, se existir um modelo adequado à realidade do AES, devidamente contextualizado e que faça sentido para todos, a autoavaliação poderá constituir um instrumento pertinente no garante da melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Apresentamos, ainda e seguidamente, alguns pontos que colhem pertinência para a futura construção de um dispositivo de autoavaliação consistente, participado e adequado às exigências com que o AES, hoje, se confronta.

3.1. Constrangimentos

- A pouca valorização efetuada, em geral, pela comunidade relativamente a este trabalho. Face à necessidade de refletir sobre o assunto, reconhece a sua pertinência, mas não lhe concedeu a devida importância para que o seu impacto efetivo fosse visível e se traduzisse em evidentes mudanças que correspondessem à superação dos constrangimentos detetados ao longo do tempo.
- As estratégias de comunicação não têm revelado o grau de eficácia expectável, particularmente no que se refere ao universo do pessoal não docente.
- Os pais/encarregados de educação não se sentem tão envolvidos quanto gostariam no processo de autoavaliação /na vida do AES.
- Não se verifica uma articulação formal entre a necessidade de melhoria de certos aspetos (previstos numa formalizada ação estratégica) com mecanismos objetivos de monitorização da proficiência das ações tomadas.

3.2. Sugestões de melhoria

- Construção/desenvolvimento de uma estratégia relativa à autoavaliação e ao planeamento da melhoria através de dispositivos consistentes, contínuos e alinhados com outros processos de avaliação (por exemplo, o *Projeto Mais*), ancorados na moldura legal de referência, centralizando as ações no garante de uma qualidade crescente do processo de ensino e de aprendizagem, mas que sejam claros para todos os setores da comunidade educativa.
- Prever o desenvolvimento de atividades que suscitem um maior envolvimento dos pais/encarregados de educação e dos alunos nas ações de melhoria, para além da sua participação nas estruturas em que têm assento por imposição legal.
- Melhorar os mecanismos de comunicação, sobretudo com o pessoal não docente, no sentido de estimular e garantir o seu envolvimento consciente no processo.

- Estabelecer formas concretas, formais, mas simples e objetivas de monitorização das melhorias, rentabilizando os dados colhidos em dois sentidos ou em duas direções simultâneas: estabelecer um plano de melhoria/monitorizar/rever e/ou dar continuidade ao plano (Ciclo de Deming).
- Valorizar explicitamente a autoavaliação do AES como forma de garantir a superação e a excelência desta organização escolar.
- Procurar agilizar/prever formação específica e adequada à equipa que venha a ser responsável pelo processo de autoavaliação.

Bibliografia / Referências

ALAIZ, V., Góis, E. e Gonçalves, C. (2003). *Autoavaliação de Escolas. Pensar e praticar.*

Edições Asa.

BARREIRA, Carlos (et al.) (2016). *Estudos Sobre Avaliação Externa de Escolas.* Porto Editora.

AMADO, João (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação.* Imprensa da Universidade de Coimbra. 2ª Edição.

Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, homologado pelo Despacho nº6478/2017 de 26 de julho. Edição do Ministério da Educação.

PLANO 21I23 ESCOLA+, Plano de Recuperação de Aprendizagens, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021, de 7 de julho.

CAF Educação – Exemplos de Práticas e Indicadores de Avaliação. Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (2ª Versão: 2018-11-05).

Anexos

Autoavaliação

Inquérito à Presidente do Conselho Geral

No presente ano letivo, a equipa do Observatório de Qualidade está a tratar o 4º domínio previsto no Quadro de Referência da IGEC, que serve de base à construção/elaboração dos Relatórios de Avaliação Interna.

Em concreto, será abordado o domínio *Autoavaliação* que implica uma reflexão acerca da maneira como o próprio processo desenvolvido no âmbito do Observatório de Qualidade tem sido implementado.

Neste contexto, é fundamental auscultar as diversas estruturas desta organização escolar.

Agradecemos, antecipadamente, a sua colaboração.

Questionário

1 No desempenho do seu cargo, acompanhou o processo de autoavaliação da escola? Explique como.

Menos do que desejaria ter feito. Os relatórios anuais do O.Q. foram remetidos sempre no final de cada ano letivo ao CG e apresentados pela sua coordenadora no CG no início de cada ano letivo. Nesta sessão fazíamos uma breve reflexão sobre o mesmo, tecendo considerações sobre o que de facto correu bem e a manter e o que correu menos bem e como melhorar. No último ano já não foi apresentado e esta reflexão não foi feita, tudo devido à situação pandémica.

2 – Está/esteve previsto algum procedimento a tomar pelos, no sentido de comunicar e proporcionar a reflexão junto das estruturas que representam sobre as conclusões registadas nos relatórios de representantes do AES com assento nesse órgão autoavaliação? Especifique.

As estruturas que estão mais envolvidas nestas questões acabam por ser as mais diretamente relacionadas com a escola: docentes, não docente e alunos e de um modo indireto encarregados de educação e autarquia. Não está previsto no regimento do CG esta análise em sede de outras estruturas, mas ela é feita nos grupos disciplinares e departamentos onde os docentes têm assento. Por outro lado, sempre que há aprovação dos documentos estruturantes: Regulamento interno, PAA e respetivos

relatórios acaba por se ir ao encontro do que se pretende com a Acção educativa do AES, garantindo que esses documentos e a sua execução cumpram esse desígnio.

3 – De que modo foi efetuada, pelo Conselho Geral, a monitorização/avaliação das ações de melhoria decorrentes dos relatórios de autoavaliação (atendendo que tais procedimentos se inscrevem na competência desse órgão no atinente ao *acompanhamento e à avaliação do funcionamento do agrupamento de escolas ou escola não agrupada* - cfr. nº3 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei nº 224/2009, de 11 de setembro, e pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho)?

Não foi feito diretamente, mas terá sido feito quando se analisam planos de atividades e quando se avalia o grau de consecução das atividades realizadas.

4 – Observou evidências da autoavaliação na melhoria do funcionamento desta organização escolar? Em que aspetos?

Acho que temos de melhorar essas questões enquanto grupo. Tenho a ideia de que funcionamos bem enquanto escola, que temos um bom ambiente e bons resultados académicos, desportivos e noutras representações externas, mas que pensemos de facto nas questões da autoavaliação, não me parece.

5 – Como avalia a pertinência do processo de autoavaliação do e no AES? Justifique.

Completamente pertinente. A ideia é vermos o que fazemos bem e replicar e para aquilo que fazemos mal, depois de devidamente diagnosticado, envidar todos os esforços corporativos e cooperativos para corrigir.

Obrigada pela sua disponibilidade!

Autoavaliação

Entrevista ao Diretor do AES

No presente ano letivo, a equipa do Observatório de Qualidade está a tratar o 4º domínio previsto no Quadro de Referência da IGEC, que serve de base à construção/elaboração dos Relatórios de Avaliação Interna.

Em concreto, será abordado o domínio *Autoavaliação* que implica uma reflexão acerca da maneira como o próprio processo desenvolvido no âmbito do Observatório de Qualidade tem sido implementado.

Neste contexto, é fundamental auscultar o Diretor desta organização escolar.

Agradecemos, antecipadamente, a sua colaboração.

Questionário

1 – Considera que o processo de autoavaliação do AES, ao longo dos últimos quatro anos, foi adequado à realidade da organização escolar que dirige?

Sim. A metodologia utilizada permitiu, nos três domínios avaliados, identificar de forma clara os constrangimentos que existem, a apresentação de sugestões de melhoria e a identificação de pontos fortes. De salientar que foram envolvidos na autoavaliação docentes, alunos, pessoal não docente e encarregados de educação, isto é, todos os intervenientes da comunidade educativa, o que traduz, de forma abrangente, o pulsar do agrupamento.

2 – Os procedimentos adotados, no contexto da autoavaliação em apreço, têm concedido centralidade ao processo de ensino aprendizagem?

Sim. Nos três domínios avaliados, o OQ tem colocado a ênfase no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, os alunos têm sido sempre o foco da autoavaliação. A reflexão subsequente aos resultados dos relatórios nas diferentes estruturas visa a implementação de estratégias pedagógicas que permitam o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem e que, em última análise, contribuam efetivamente para a formação integral dos alunos.

3 – Perante a análise dos relatórios de autoavaliação do AES, tomou/toma iniciativas conducentes a um maior envolvimento dos diversos setores da comunidade educativa no âmbito da valorização do processo de autoavaliação propriamente dito? De que forma?

Aquando da divulgação dos relatórios dos três domínios avaliados foi efetuada a apresentação dos mesmos pela coordenadora do OQ, no Conselho Geral e no Conselho Pedagógico e subseqüentemente foi promovida a reflexão e análise criteriosa dos mesmos nestes órgãos. Ulteriormente, nas estruturas intermédias, e numa análise que se pretendia mais fina, os docentes procederam também à análise dos relatórios e à definição de linhas de atuação conducentes ao aprimoramento das práticas educativas.

4 – Existem estratégias de comunicação e reflexão acerca dos resultados da autoavaliação com a comunidade educativa?

Consideramos que a divulgação dos resultados foi eficiente, pois foram dados a conhecer à comunidade educativa, mas reconhecemos que a promoção da reflexão com a comunidade educativa, em sentido lato, foi insuficiente. Apesar de ter sido incentivada a reflexão nas diferentes estruturas do AES, bem como na Associação de Pais, deveria ter-lhe sido dada maior relevância, constituindo, por exemplo, grupos de trabalho para análise e apresentação de propostas de melhoria.

O envolvimento da associação de estudantes e delegados de turma pecou, lamentavelmente, por escasso, tanto mais que são os intervenientes principais do AES e principais destinatários de todas as ações a empreender. Não obstante os professores/diretores de turma serem conhecedores dos relatórios, reconhecemos que devíamos ter mobilizado os alunos para uma intervenção ativa, incentivando-os a pronunciarem-se sobre os relatórios e a proporem estratégias e atividades que contribuíssem para uma formação mais proficiente. O incentivo à participação cívica ativa dos alunos é, pois, uma estratégia que urge estimular, nomeadamente através de uma consulta mais amíúde dos delegados de turma.

Embora não sirva de desculpa, consideramos que os momentos conturbados vividos no AES nos últimos quatro anos condicionaram a existência de tempo para preparar a implementação de muitas ações.

5 – É feita a monitorização e avaliação das ações de melhoria na sequência dos relatórios de autoavaliação do AES? Como?

Foi implementada a monitorização de algumas ações de melhoria, no entanto, aquém do desejável. Por exemplo, ao nível das medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão.

6 – Explicite as evidências da autoavaliação do AES que se verificam ...**a) na melhoria organizacional da escola;**

- Promoção do trabalho colaborativo entre docentes através da implementação de uma hora comum nos horários para uma reunião semanal;
- Incremento de meios tecnológicos (ex. portal GIAE, plataforma G Suite);
- Facilidade no acesso à cópia e impressão e centralização do controlo do deste processo;
- O processo de identificação da necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão permitiu respostas mais céleres às necessidades dos alunos;
- Ação concertada da EMAEI com as estruturas do AES e com entidades externas, nomeadamente com o Projeto Bússola, CPCJ e Segurança Social.

b) na melhoria do desenvolvimento curricular;

- Disponibilização de *tablets* nas aulas do primeiro ciclo, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação no Médio Tejo (PEDIME) - Projeto de Apetrechamento das Escolas;
- Implementação da área “Iniciação à Programação” no primeiro ciclo de escolaridade;
- Abrangência das medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão a fim de promover o sucesso educativo de todos os discentes;
- Centralidade das BE na promoção do sucesso escolar dos alunos mormente através da promoção de hábitos de leitura e de escrita;
- Relevância de alguns projetos desenvolvidos na escola para a formação integral dos alunos pelo convite que encerraram a uma intervenção mais ativa dos mesmos;

c) na melhoria do processo de ensino e de aprendizagem;

- Implementação de uma hora comum nos horários dos docentes para uma reunião semanal de trabalho cooperativo;
- Canalização de um número significativo de horas do crédito para as medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão (AIFSA, AISA, Salas de Estudo, Tutoria, ATE)

- Aquisição de equipamento/material específico para as disciplinas de caráter laboratorial, nomeadamente no âmbito do PEDIME - Projeto de Apetrechamento das Escolas;
- Adesão ao programa - Correção da Acuidade Visual e Auditiva no Pré-Escolar;
- Projeto “Pequenos Cientistas” no 1.º ciclo;
- Criação do Clube de Ciências no 2.º ciclo;
- Investimento nas bibliotecas escolares;
- Adesão ao Programa de Visitas de Estudo da CIM Médio Tejo;
- Adesão ao programa Miúdos Digitais (Programa Intermunicipal para o Pré-Escolar);
- Adesão ao programa de sessões de preparação das visitas de estudo para o 1º ciclo aos Centros Ciência Viva para os professores, no âmbito do PEDIME;
- Implementação do Programa de Mentorias.

d) na melhoria da educação inclusiva (ao nível da implementação das medidas curriculares, da afetação de recursos e do funcionamento das estruturas de suporte).

- Rentabilização dos recursos docentes a fim de apoiar os alunos com mais dificuldades, colocando a primazia na intervenção precoce;
- Disponibilização de um número significativo de horas para AISA e AIFSA;
- Afetação de psicólogos clínicos, através do Plano de Desenvolvimento Pessoal Social e Comunitário;
- Afetação de recursos humanos aos alunos com medidas adicionais, mormente através de mais apoios individualizados em sala de aula;
- Metodologia de funcionamento do CAA;
- Dotação do CAA com mais equipamentos e recursos educativos;
- Sensibilização para um maior envolvimento dos encarregados de educação no processo formativo dos seus educandos;
- Disponibilização de apoios terapêuticos aos alunos com necessidades especiais (terapia da fala, terapia ocupacional e psicologia);

- Implementação dos Planos Individuais de Transição dos alunos com medidas adicionais através de protocolos com entidades parceiras e empresas locais;
- Sala sensorial destinada aos alunos com necessidades especiais;
- Papel desempenhado pela EMAEI na articulação entre os docentes dos vários níveis de ensino, nomeadamente entre o pré-escolar/SNIPI e o primeiro ciclo;
- O processo de identificação da necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão permitiu respostas mais céleres às necessidades dos alunos;
- Ação concertada da EMAEI com as estruturas do AES e com entidades externas, nomeadamente com o Projeto Bússola, CPCJ e Segurança Social.

10 - Após a reflexão efetuada, e estando a terminar um ciclo de autoavaliação do AES, que ações deveriam ser desenvolvidas para uma melhoria contínua, com impacto no futuro desta organização escolar, no atinente ao processo de autoavaliação?

- Promover uma efetiva reflexão sobre os relatórios do Observatório de Qualidade no seio da comunidade educativa;
- Sensibilizar todos os elementos da comunidade educativa para um efetivo comprometimento com as necessárias estratégias de aprimoramento;
- Monitorizar periodicamente as propostas de melhoria/sugestões apresentadas nos relatórios do Observatório de Qualidade/outras estruturas pedagógicas.

Obrigada pela sua disponibilidade!

Autoavaliação

Inquérito à Coordenadora da Educação Especial

No presente ano letivo, a equipa do Observatório de Qualidade está a tratar o 4º domínio previsto no Quadro de Referência da IGEC, que serve de base à construção/elaboração dos Relatórios de Avaliação Interna.

Em concreto, será abordado o domínio *Autoavaliação* que implica uma reflexão acerca da maneira como o próprio processo desenvolvido no âmbito do Observatório de Qualidade tem sido implementado.

Neste contexto, é fundamental auscultar as diversas estruturas desta organização escolar, particularmente os Coordenadores dos diversos Departamentos.

Agradecemos, antecipadamente, a sua colaboração.

Questionário

1 – Tem acompanhado e/ou participado no processo de autoavaliação da escola?

Explique como. Sim, no preenchimento dos inquéritos pedidos pelas várias estruturas da escola (biblioteca escolar, observatório de qualidade, equipa multidisciplinar).

2- De que modo tem orientado/conduzido a reflexão, no seu Departamento, acerca dos resultados da autoavaliação do AES? Análise em reunião de departamento,

3 – É feita a monitorização e avaliação das ações de melhoria, decorrentes dos relatórios de autoavaliação do AES, em sede de Departamento (no que concerne a resultados dos alunos acompanhados pela Educação Especial, prestações do serviço educativo/práticas pedagógicas, concertação de procedimentos atinentes ao cumprimento das metas/objetivos subjacentes ao Projeto Educativo do AES)? Como? Sim. No auto relatório final pedidos a todos os elementos do departamento, é pedida uma reflexão sobre os resultados dos alunos, as práticas pedagógicas e sugestões de melhoria.

4 – Observa evidências da autoavaliação do AES na melhoria organizacional da escola?

Em que aspetos? Não sei, não consigo responder a esta questão. É um agrupamento tão vasto, que as melhorias demoram muito tempo a notarem-se.

5 – Observa evidências do contributo da autoavaliação para a melhoria da educação inclusiva (ao nível da implementação das medidas curriculares, da afetação de recursos e do funcionamento das estruturas de suporte)? Especifique. Sim e não. Ao nível da organização dos horários dos docentes de educação especial sim; afetação dos recursos, ao nível dos técnicos – não.

6 – Como avalia a pertinência do processo de autoavaliação do AES? Justifique.

Penso que é um processo pertinente e muito importante, no entanto, do meu ponto de vista, considero que não lhe é dado a importância merecida.

7- Após a reflexão que acabou de efetuar, e estando a terminar um ciclo de autoavaliação do AES, apresente sugestões de melhoria para que este processo, futuramente, seja mais profícuo.

-Ser um processo mais valorizado;

-Os resultados obtidos deviam ser dados a conhecer a toda a comunidade educativa.

Obrigada pela sua disponibilidade!

Autoavaliação

Inquérito aos Coordenadores

No presente ano letivo, a equipa do Observatório de Qualidade está a tratar o 4º domínio previsto no Quadro de Referência da IGEC, que serve de base à construção/elaboração dos Relatórios de Avaliação Interna.

Em concreto, será abordado o domínio *Autoavaliação* que implica uma reflexão acerca da maneira como o próprio processo desenvolvido no âmbito do Observatório de Qualidade tem sido implementado.

Neste contexto, é fundamental auscultar as diversas estruturas desta organização escolar, particularmente os Coordenadores dos diversos Departamentos.

Agradecemos, antecipadamente, a sua colaboração.

Questionário

1 – Tem acompanhado e/ou participado no processo de autoavaliação da escola? Como?

- Análise dos relatórios, em reuniões de departamento e SCAD;
- Preenchimento de questionários, a pedido do Observatório;

2 – De que modo tem orientado/conduzido a reflexão, no seu Departamento, acerca dos resultados da autoavaliação do AES?

- A reflexão é realizada nas referidas reuniões, solicitando previamente aos elementos do departamento a leitura dos relatórios.

3 – É feita a monitorização e a avaliação das ações de melhoria, decorrentes dos relatórios de autoavaliação do AES, em sede de Departamento (no que concerne a resultados dos alunos, prestações do serviço educativo/práticas pedagógicas, concertação de procedimentos atinentes ao cumprimento das metas/objetivos subjacentes ao Projeto Educativo do AES)? Como?

- Normalmente, é realizada no final do ano letivo em reunião de departamento e SCAD, em jeito de balanço, no que diz respeito a resultados escolares, atividades realizadas e progresso dos alunos.

4 – Observa evidências da autoavaliação do AES....

a) na melhoria organizacional da escola? Em que aspetos?

- Introdução de tempos de reuniões quinzenais na componente não letiva dos docentes (por departamento/ área disciplinar);
- b)** na melhoria do desenvolvimento curricular? Especifique.
 - organização semestral de algumas disciplinas; possibilidade de permutas.
- c)** na melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, no âmbito do seu Departamento? Em que aspetos?
 - Em reuniões de departamento e SCAD são discutidas e abordadas estratégias que possam contribuir para uma melhoria do desempenho dos alunos, nomeadamente no que diz respeito ao tipo de apoios a implementar e ao seu funcionamento, na delineação de atividades de recuperação e no trabalho colaborativo dos docentes do departamento que é realmente efetivo.
 - **5** – Como avalia a pertinência do processo de autoavaliação do AES? Justifique.
 - Todo o processo de autoavaliação é indispensável para o bom funcionamento de qualquer entidade, para a sua autorregulação. Só tendo consciência de quais são os pontos fracos e os pontos fortes se consegue caminhar e alcançar os objetivos pretendidos. Considero, por isso, ser de extrema importância.
 - **6** – Após a reflexão que acabou de efetuar, e estando a terminar um ciclo de autoavaliação do AES, apresente sugestões de melhoria para que este processo, futuramente, seja mais profícuo.
 - O processo deverá abranger todos os implicados de forma a que sintam que fazem parte dele, pois as sugestões de melhoria apenas se tornarão realidade e não meras sugestões se todos caminharmos na mesma direção.

Obrigada pela sua disponibilidade!

Autoavaliação

Inquérito aos Coordenadores

No presente ano letivo, a equipa do Observatório de Qualidade está a tratar o 4º domínio previsto no Quadro de Referência da IGEC, que serve de base à construção/elaboração dos Relatórios de Avaliação Interna.

Em concreto, será abordado o domínio *Autoavaliação* que implica uma reflexão acerca da maneira como o próprio processo desenvolvido no âmbito do Observatório de Qualidade tem sido implementado.

Neste contexto, é fundamental auscultar as diversas estruturas desta organização escolar, particularmente os Coordenadores dos diversos Departamentos.

Agradecemos, antecipadamente, a sua colaboração.

Questionário

- 1** – Tem acompanhado e/ou participado no processo de autoavaliação da escola? Como?
 - Acompanhamento, através da análise, em reuniões de departamento, aos relatórios produzidos pelo Observatório, em reuniões de departamento.
 - Participação, através do preenchimento de questionários, a solicitação do Observatório;
Informalmente, sempre que solicitada a minha colaboração no âmbito das áreas em análise.
- 2** – De que modo tem orientado/conduzido a reflexão, no seu Departamento, acerca dos resultados da autoavaliação do AES?
 - Essencialmente, como referido na questão 1, através da análise aos relatórios elaborados pelo Observatório e obviamente beneficiado do facto de a Coordenadora pertencer ao departamento.
- 3** – É feita a monitorização e a avaliação das ações de melhoria, decorrentes dos relatórios de autoavaliação do AES, em sede de Departamento (no que concerne a resultados dos alunos, prestações do serviço educativo/práticas pedagógicas, concertação de procedimentos atinentes ao cumprimento das metas/objetivos subjacentes ao Projeto Educativo do AES)? Como?

- De forma sistemática, não. Na última reunião de departamento, aquando do balanço ao decorrer do ano letivo, são aflorados alguns desses aspetos, nomeadamente os relacionados com os resultados escolares.

4 – Observa evidências da autoavaliação do AES....

d) na melhoria organizacional da escola? Em que aspetos?

- Não.

e) na melhoria do desenvolvimento curricular? Especifique.

- Pontualmente: organização semestral de disciplinas (TIC/CD; H/G)

f) na melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, no âmbito do seu Departamento? Em que aspetos?

- Sempre que solicitado, em reunião de departamento são dados contributos para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem:
 - Funcionamento e organização de Aulas de apoio e salas de estudo;
 - Programa de Mentoria e Tutorias;
 - Critérios de avaliação.

5 – Como avalia a pertinência do processo de autoavaliação do AES? Justifique.

- Fundamental. Como em qualquer outra situação, é determinante a perceção do ponto em que nos encontramos, conhecer as dificuldades e/ou constrangimentos para melhor delinear o caminho que nos conduza ao sucesso.

6 – Após a reflexão que acabou de efetuar, e estando a terminar um ciclo de autoavaliação do AES, apresente sugestões de melhoria para que este processo, futuramente, seja mais profícuo.

- O processo deve ser interiorizado e assumido por todos, desde a Direção às estruturas intermédias, pois só dessa forma se dará a atenção devida ao exposto nos relatórios elaborados, nomeadamente às sugestões de melhoria.

Obrigada pela sua disponibilidade!

Autoavaliação

Inquérito aos Coordenadores

No presente ano letivo, a equipa do Observatório de Qualidade está a tratar o 4º domínio previsto no Quadro de Referência da IGEC, que serve de base à construção/elaboração dos Relatórios de Avaliação Interna.

Em concreto, será abordado o domínio *Autoavaliação* que implica uma reflexão acerca da maneira como o próprio processo desenvolvido no âmbito do Observatório de Qualidade tem sido implementado.

Neste contexto, é fundamental auscultar as diversas estruturas desta organização escolar, particularmente os Coordenadores dos diversos Departamentos.

Agradecemos, antecipadamente, a sua colaboração.

Questionário

1 – Tem acompanhado e/ou participado no processo de autoavaliação da escola? Como?

- O acompanhamento, é feito em reuniões de SCAD (EV/ET e EM/EF) onde procedemos a análise, os relatórios provenientes do Observatório.
- Participo, preenchendo os questionários, emanados pelo Observatório;

2 – De que modo tem orientado/conduzido a reflexão, no seu Departamento, acerca dos resultados da autoavaliação do AES?

- Como referi na questão anterior, fazendo uma pequena reflexão nas supra citadas SCADs, a partir dos relatórios e ouvindo as experiências de cada um.

3 – É feita a monitorização e a avaliação das ações de melhoria, decorrentes dos relatórios de autoavaliação do AES, em sede de Departamento (no que concerne a resultados dos alunos, prestações do serviço educativo/práticas pedagógicas, concertação de procedimentos atinentes ao cumprimento das metas/objetivos subjacentes ao Projeto Educativo do AES)? Como?

- Não o fazemos de uma forma contínua. Na primeira reunião de cada período fazemos uma análise dos resultados dos alunos e uniformizamos procedimentos

com a finalidade de melhorar as práticas pedagógicas. Damos mais relevo a este ponto nas reuniões que se realizam no final do ano, depois da avaliação externa dos alunos.

4 – Observa evidências da autoavaliação do AES....

a) na melhoria organizacional da escola? Em que aspetos?

- não

b) na melhoria do desenvolvimento curricular? Especifique.

- Sim. Na tentativa de organizar algumas disciplinas por semestre, no nosso caso partícula EV e ET, no 2º ciclo, mas também nas que têm menor carga letiva (TIC, CD).

c) na melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, no âmbito do seu Departamento? Em que aspetos?

- Nas reuniões das SCADs (EV/ET e EM/EF):
 - Regimentos para os clubes ligados às referidas SCADs
 - Elaboração dos critérios de avaliação das diferentes disciplinas

5 – Como avalia a pertinência do processo de autoavaliação do AES? Justifique.

- Muito importante. Para qualquer instituição é muito importante ter conhecimento dos seus pontos fortes e fracos, para possa criar estratégias de melhoria no que é menos bom.

6 – Após a reflexão que acabou de efetuar, e estando a terminar um ciclo de autoavaliação do AES, apresente sugestões de melhoria para que este processo, futuramente, seja mais profícuo.

- Melhorar a comunicação entre as estruturas do agrupamento.

Obrigada pela sua disponibilidade!

Autoavaliação

Inquérito aos Coordenadores

No presente ano letivo, a equipa do Observatório de Qualidade está a tratar o 4º domínio previsto no Quadro de Referência da IGEC, que serve de base à construção/elaboração dos Relatórios de Avaliação Interna.

Em concreto, será abordado o domínio *Autoavaliação* que implica uma reflexão acerca da maneira como o próprio processo desenvolvido no âmbito do Observatório de Qualidade tem sido implementado.

Neste contexto, é fundamental auscultar as diversas estruturas desta organização escolar, particularmente os Coordenadores dos diversos Departamentos.

Agradecemos, antecipadamente, a sua colaboração.

Questionário

1 – Tem acompanhado e/ou participado no processo de autoavaliação da escola? Como?

Sim. Tenho preenchido os questionários e analisado os resultados da autoavaliação da escola.

2 – De que modo tem orientado/conduzido a reflexão, no seu Departamento, acerca dos resultados da autoavaliação do AES?

Os resultados da autoavaliação têm sido analisados em reunião de departamento e são definidas estratégias para tentar ultrapassar os pontos fracos elencados.

3 – É feita a monitorização e a avaliação das ações de melhoria, decorrentes dos relatórios de autoavaliação do AES, em sede de Departamento (no que concerne a resultados dos alunos, prestações do serviço educativo/práticas pedagógicas, concertação de procedimentos atinentes ao cumprimento das metas/objetivos subjacentes ao Projeto Educativo do AES)? Como?

Sim, relativamente aos resultados dos alunos, aos apoios educativos, Educação Especial e práticas pedagógicas. Trimestralmente é feita a análise dos resultados obtidos e, de acordo com essa análise, são feitos ajustes, se necessário, quer na organização desses apoios quer nas práticas pedagógicas, tendo por objetivo o cumprimento das metas/objetivos subjacentes ao Projeto Educativo do AES.

4 – Observa evidências da autoavaliação do AES....

a) na melhoria organizacional da escola? Em que aspetos?

Sim. Abertura e recetividade da Direção, assim como disponibilidade para a resolução de qualquer situação; Incentivo à participação em ações de formação que visem o melhoramento profissional; a direção fomenta, com a sua atuação, um ambiente de confiança e solidariedade.

b) na melhoria do desenvolvimento curricular? Especifique.

As decisões tomadas pelo conselho de docentes são tidas em conta.

c) na melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, no âmbito do seu Departamento? Em que aspetos?

Trabalho colaborativo entre os docentes - reuniões quinzenais de ano.

5 – Como avalia a pertinência do processo de autoavaliação do AES? Justifique.

6 – Após a reflexão que acabou de efetuar, e estando a terminar um ciclo de autoavaliação do AES, apresente sugestões de melhoria para que este processo, futuramente, seja mais profícuo.

- Melhorar a articulação entre os departamentos e as restantes estruturas de orientação educativa.

Obrigada pela sua disponibilidade!

Autoavaliação

Inquérito aos Coordenadores

No presente ano letivo, a equipa do Observatório de Qualidade está a tratar o 4º domínio previsto no Quadro de Referência da IGEC, que serve de base à construção/elaboração dos Relatórios de Avaliação Interna.

Em concreto, será abordado o domínio *Autoavaliação* que implica uma reflexão acerca da maneira como o próprio processo desenvolvido no âmbito do Observatório de Qualidade tem sido implementado.

Neste contexto, é fundamental auscultar as diversas estruturas desta organização escolar, particularmente os Coordenadores dos diversos Departamentos.

Agradecemos, antecipadamente, a sua colaboração.

Questionário

1 – Tem acompanhado e/ou participado no processo de autoavaliação da escola? Como?

R: Sim, respondendo ao solicitado e fazendo a análise dos resultados de autoavaliação.

2 – De que modo tem orientado/conduzido a reflexão, no seu Departamento, acerca dos resultados da autoavaliação do AES?

R: Fazendo passar a informação ao Departamento, refletindo e analisando em conjunto os resultados da autoavaliação e colaborando na elaboração/definição de possíveis estratégias conducentes à colmatação dos pontos fracos.

3 – É feita a monitorização e a avaliação das ações de melhoria, decorrentes dos relatórios de autoavaliação do AES, em sede de Departamento (no que concerne a resultados dos alunos, prestações do serviço educativo/práticas pedagógicas, concertação de procedimentos atinentes ao cumprimento das metas/objetivos subjacentes ao Projeto Educativo do AES)? Como?

R: Sim, a avaliação é feita, quer no respeitante aos resultados dos alunos, apoios do SNIPI e práticas pedagógicas. Em cada trimestre faz-se a análise dos resultados, a partir

da qual se fazem os acertos necessários em todos os aspetos considerados, tendo como objetivo o cumprimento das metas/objetivos subjacentes ao Projeto Educativo do AES.

4 – Observa evidências da autoavaliação do AES....

a) na melhoria organizacional da escola? Em que aspetos?

R: Sentimos confiança, humanidade e disponibilidade por parte da Direção em dar resolução a toda e qualquer situação.

b) na melhoria do desenvolvimento curricular? Especifique.

R: A Direção ouve e tem em conta o acordado entre as educadoras nas reuniões de departamento; promove a formação para melhoramento profissional.

c) na melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, no âmbito do seu Departamento? Em que aspetos?

R: Trabalho colaborativo entre docentes que se reúnem ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.

5 – Como avalia a pertinência do processo de autoavaliação do AES? Justifique.

R: A autoavaliação, a reflexão de procedimentos é a base para a mudança e a melhoria.

6 – Após a reflexão que acabou de efetuar, e estando a terminar um ciclo de autoavaliação do AES, apresente sugestões de melhoria para que este processo, futuramente, seja mais profícuo.

R: Continuar a refletir e autoavaliar; contribuir para a melhoria na articulação entre ciclos/departamentos e todas as estruturas do AES.

Obrigada pela sua disponibilidade!

Autoavaliação

Inquérito aos Coordenadores

No presente ano letivo, a equipa do Observatório de Qualidade está a tratar o 4º domínio previsto no Quadro de Referência da IGEC, que serve de base à construção/elaboração dos Relatórios de Avaliação Interna.

Em concreto, será abordado o domínio *Autoavaliação* que implica uma reflexão acerca da maneira como o próprio processo desenvolvido no âmbito do Observatório de Qualidade tem sido implementado.

Neste contexto, é fundamental auscultar as diversas estruturas desta organização escolar, particularmente os Coordenadores dos diversos Departamentos.

Agradecemos, antecipadamente, a sua colaboração.

Questionário

1 – Tem acompanhado e/ou participado no processo de autoavaliação da escola? Como?

- ✓ Tendo iniciado a minha função de Coordenador de Departamento apenas em 2017.18, precisamente o ano em que saiu o terceiro e último relatório do OQ (Mód.3- Liderança e Gestão-Maio de 2017), sinto que estaria mais envolvido nesse processo se já estivesse em funções de coordenação à medida que foram saindo os três relatórios. Os dois primeiros módulos foram-me apresentados ainda desempenhava as funções de SCAD dos grupos 510 e 520 e os relatórios do OQ foram analisados nas reuniões de departamento e as principais conclusões e propostas de melhoria transmitidas e debatidas em sede de SCAD.
- ✓ A nível do CP periodicamente são efetuadas as análises de resultados e debatidas propostas de solução para outros problemas que vão surgindo, relacionados com o processo de ensino.
- ✓ A nível do departamento foram desenvolvidos e implementados alguns instrumentos de seguimento/acompanhamento, o que reforça em todos os docentes do departamento a importância da autoavaliação da nossa atividade.
- ✓ Tenho respondido às solicitações do OQ ao nível das solicitações de informação; este documento é disso um exemplo...☺

2 – De que modo tem orientado/conduzido a reflexão, no seu Departamento, acerca dos resultados da autoavaliação do AES?

- ✓ A análise desse trabalho e respetivos resultados da autoavaliação não são ainda efetuados de forma consistente e sistemática. No início de cada ano letivo são

apresentados os mecanismos de autoavaliação já implementados no agrupamento e ao longo do ano letivo são preenchidos/analizados os respetivos documentos. Sempre que se detetam problemas/oportunidades são amplamente debatidos e normalmente encontram-se consensos nas soluções e avanços propostos. No final de cada ano letivo são discutidos os problemas detetados ao longo do ano e são efetuadas propostas de melhoria para o ano letivo seguinte. A elevada rotatividade do corpo docente em cada ano letivo e a mobilidade diária de alguns não favorece esse processo de autoavaliação numa visão de médio/longo prazo.

- ✓ Em sede de CP quando os assuntos relacionados com a autoavaliação do agrupamento (não só resultados escolares) são debatidos, as conclusões e propostas de melhoria são transmitidas aos docentes e, sendo caso, também aos alunos, sendo debatidas as soluções possíveis para a sua efetiva implementação, contextualizada pelas associadas condicionantes.

3 – É feita a monitorização e a avaliação das ações de melhoria, decorrentes dos relatórios de autoavaliação do AES, em sede de Departamento (no que concerne a resultados dos alunos, prestações do serviço educativo/práticas pedagógicas, concertação de procedimentos atinentes ao cumprimento das metas/objetivos subjacentes ao Projeto Educativo do AES)? Como?

- ✓ Esse trabalho é efetuado da forma condicionada e limitada referida nas questões anteriores. Confesso que ainda não está construído e implementado um “dispositivo de autoavaliação consistente, sistemático e abrangente que proporcione o desenvolvimento da capacidade de autorregulação e melhoria do Agrupamento”, tal como preconizado no Plano de Melhoria.

4 – Observa evidências da autoavaliação do AES....

g) na melhoria organizacional da escola? Em que aspetos?

- ✓ Mais se poderia ter feito mas mesmo assim, apesar das condicionantes, já há muito trabalho feito, destacando;
 - a significativa melhoria na veiculação da informação entre as várias estruturas do agrupamento, minimizando o tempo perdido e garantido menor distorção da mesma pelos intermediários e uma forma mais individualizada na chegada da informação a cada interveniente;
 - a implementação das várias plataformas de gestão/organização (GIAE, Untis, ...) no agrupamento, com todas as vantagens inerentes; nos alunos, nos EE, nos docentes, nos DT's, etc....
 - o trabalho e estilo de liderança desenvolvido pela direção no sentido de promover a apresentação dos problemas/oportunidades e debate de soluções em todas as estruturas e intervenientes do agrupamento;

- a melhoria na colaboração/ligação ao CFAE, com a auscultação das necessidades de formação, posterior divulgação e implementação das iniciativas de formação e avaliação de docentes;

- o acréscimo de parceiros para desenvolvimento de projetos que têm promovido a consolidação do sentido de pertença dos intervenientes e difusão da boa imagem que o agrupamento tem no meio envolvente.

h) na melhoria do desenvolvimento curricular? Especifique.

- ✓ A sucessiva adaptação e mudança na implementação das várias medidas internas de apoio ao processo de ensino, tendo em conta os enormes constrangimentos associados.
- ✓ A constante preocupação na elaboração dos horários para efetivo cumprimento das matrizes curriculares mas, ao mesmo tempo, tentando satisfazer/assegurar as necessidades/opções dos alunos.
- ✓ A recente inclusão de um tempo semanal comum no horário dos docentes de cada grupo disciplinar para trabalho de reuniões e, principalmente, de desenvolvimento de projetos, materiais e discussão de assuntos relacionados com o processo de ensino em cada grupo.
- ✓ A distribuição semanal em algumas disciplinas foi melhorada; “semestralização” de algumas disciplinas e a divisão em turnos em turmas grandes demais em algumas disciplinas, inclusivamente nos cursos profissionais permitindo com isso o funcionamento de mais que um curso para o mesmo grupo de alunos.

i) na melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, no âmbito do seu Departamento? Em que aspetos?

- ✓ Atualização dos critérios de avaliação, baseados agora na visão exclusivamente direcionada para a construção do recente “Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória”.
- ✓ A nível do departamento foram desenvolvidos e implementados alguns instrumentos de seguimento/acompanhamento, o que reforça em todos os docentes do departamento a importância da autoavaliação da nossa atividade.
- ✓ Adaptação e partilha de “novidades” nos processos/metodologias de ensino partilhadas entre os docentes após formação específica nessas áreas. O estado deplorável em que se encontram os equipamentos informáticos e os repetidos problemas de acesso/velocidade à rede têm refreado bastante a implementação destas “novidades” em sala de aula e a própria motivação dos docentes em implementá-las.

5 – Como avalia a pertinência do processo de autoavaliação do AES? Justifique.

- ✓ É evidente que a autoavaliação de qualquer processo é um trabalho que deve ser interiorizado por todos os envolvidos e interessados no sucesso do mesmo e portanto a pertinência da autoavaliação pode mesmo superar outras modalidades de “avaliação” a que estamos sujeitos/obrigados.

6 – Após a reflexão que acabou de efetuar, e estando a terminar um ciclo de autoavaliação do AES, apresente sugestões de melhoria para que este processo, futuramente, seja mais profícuo.

- ✓ A já referida construção do tal “dispositivo” referido na resposta à questão 3. Esse dispositivo deveria ser construído a nível de todo o agrupamento, não apenas internamente nos departamentos, para ser mais abrangente e envolver todos os participantes no processo de ensino. O conhecimento do Projeto Educativo e o conhecimento/elaboração do PAA deveria ser mais discutida e interiorizada por todas as estruturas do agrupamento.
- ✓ Só com um incremento significativo da autonomia das escolas, promovido pela tutela, não vislumbrado no curto/médio prazo, e uma concertação com a política educativa a nível local (Conselho Municipal de Educação, CIM Médio Tejo, etc...) é que levará a uma adequação das reais necessidades dos nossos alunos e a partir daí “autoavaliar” a eficácia do processo de formação sem ser baseado em critérios “nacionais”, resultados de avaliação externa, rankings, etc...
- ✓ Finalmente, quero referir dois acontecimentos relevantes que favorecem, juntamente com a elevada mobilidade/rotatividade do corpo docente, um clima de alguma “desagregação” e não ajudam a reforçar esta visão de “nosso agrupamento” e a conseqüente e natural preocupação/motivação em “cuidar” numa perspetiva de longo prazo, autoavaliando as medidas e estratégias adotadas;

- a nível nacional, com efeitos nas escolas desde março de 2020, todos sabemos o quê;

- a nível local a questão do prolongamento fora do normal das “obras”, levando a uma mobilidade exagerada de alunos/docentes/funcionários e até de serviços entre vários edifícios, deficientes condições em algumas áreas técnicas (laboratórios, etc...), salas improvisadas, etc... A direção tem efetuado um esforço notável na gestão de todos estes constrangimentos e tentou sempre encontrar, muitas vezes de forma “negociada” entre os vários intervenientes, as soluções possíveis.

Obrigado pela sua disponibilidade!

Autoavaliação

Inquérito à Presidente da Associação de Pais

No presente ano letivo, a equipa do Observatório de Qualidade está a tratar o 4º domínio previsto no Quadro de Referência da IGEC, que serve de base à construção/elaboração dos Relatórios de Avaliação Interna.

Em concreto, está a ser abordado o domínio *Autoavaliação* que implica uma reflexão acerca da maneira como o próprio processo desenvolvido no âmbito do Observatório de Qualidade tem sido implementado.

Neste contexto, é fundamental auscultar as diversas estruturas desta organização escolar.

Agradecemos, antecipadamente, a sua colaboração.

Questionário

- 1 – No desempenho do seu cargo, acompanhou e/ou foi implicada no processo de autoavaliação da escola? Explique como.
- 2 – Observou evidências da autoavaliação na melhoria do funcionamento desta organização escolar? Em que aspetos?
- 3 – Como avalia a pertinência do processo de autoavaliação do e no AES? Justifique.
- 4 – Após a reflexão que acabou de efetuar, e estando a terminar um ciclo de autoavaliação do AES, apresente sugestões de melhoria para que este processo, futuramente, seja mais profícuo.

Obrigada pela sua disponibilidade!

AUTOAVALIAÇÃO - Inquérito dirigido ao pessoal docente

	5 – Concordo totalmente		4 - Concordo		3- Não concordo nem discordo		2 - Discordo		1 – Discordo totalmente		0 – Não sei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1- O processo de autoavaliação do AES implica os diversos elementos da comunidade educativa.	25	31%	34	42%	12	15%	0	0%	1	1%	9	25
2- Envolve-se no processo de autoavaliação do AES, sempre que é solicitado/solicitada para tal.	43	53%	31	38%	3	4%	1	1%	1	1%	2	43
3- Os resultados do processo de autoavaliação do Agrupamento são dados a conhecer à comunidade educativa.	23	28%	32	40%	11	14%	5	6%	2	2%	8	23
4- É feita uma reflexão em grupo (SCAD, Departamento) acerca dos resultados da autoavaliação do AES.	13	16%	40	49%	13	16%	9	11%	1	1%	5	13
5- Os relatórios decorrentes do processo de autoavaliação tiveram impacto na melhoria da organização do AES.	7	9%	33	41%	26	32%	4	5%	3	4%	8	7
6- Os relatórios decorrentes do processo de autoavaliação tiveram impacto na melhoria das práticas educativas e dos resultados dos alunos.	2	2%	32	40%	27	33%	6	7%	3	4%	11	2
7- O processo de autoavaliação do AES contribuiu para a melhoria das práticas desenvolvidas no âmbito da Educação Inclusiva.	6	7%	36	44%	23	28%	5	6%	2	2%	9	6
8- As estratégias de comunicação e de reflexão acerca dos resultados da autoavaliação do Agrupamento, na comunidade educativa, são eficazes.	2	2%	31	38%	32	40%	6	7%	4	5%	6	2
9- A definição das ações de formação priorizadas pelo AES reflete as necessidades manifestadas pelo pessoal docente.	9	11%	36	44%	23	28%	7	9%	3	4%	3	9
10- As ações de formação realizadas contribuíram para a melhoria do seu desempenho profissional.	23	28%	38	47%	15	19%	1	1%	2	2%	2	23

81 inquéritos.

AUTOAVALIAÇÃO - Inquérito dirigido ao pessoal não docente

	5 – Concordo totalmente		4 - Concordo		3- Não concordo nem discordo		2 - Discordo		1 – Discordo totalmente		0 – Não sei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1- O processo de autoavaliação do AES implica os diversos elementos da comunidade educativa.	10	16%	19	31%	15	25%	5	8%	5	8%	7	11%
2- Envolve-se no processo de autoavaliação do AES, sempre que é solicitado/solicitada para tal.	7	11%	22	36%	12	20%	9	15%	6	10%	5	8%
3- Os resultados do processo de autoavaliação do Agrupamento são dados a conhecer à comunidade educativa.	6	10%	19	31%	11	18%	12	20%	5	8%	8	13%
4- É feita uma reflexão, orientada pelo seu superior hierárquico ou por um elemento da Direção, acerca dos resultados da autoavaliação do Agrupamento.	2	3%	26	43%	12	20%	9	15%	2	3%	10	16%
5- Os relatórios decorrentes do processo de autoavaliação tiveram impacto na melhoria da organização do AES.	1	2%	11	18%	21	34%	12	20%	3	5%	13	21%
6- O processo de autoavaliação do AES contribuiu para a melhoria das práticas desenvolvidas no âmbito da Educação Inclusiva.	4	7%	17	28%	17	28%	4	7%	5	8%	14	23%
7- As estratégias de comunicação e de reflexão acerca dos resultados da autoavaliação do Agrupamento, na comunidade educativa, são eficazes.	0	0%	13	21%	25	41%	10	16%	4	7%	9	15%
8- A definição das ações de formação priorizadas pelo AES reflete as necessidades manifestadas pelo pessoal não docente.	2	3%	19	31%	18	30%	10	16%	10	16%	2	3%
9- As ações de formação realizadas contribuíram para a melhoria do seu desempenho profissional.	4	7%	20	33%	15	25%	12	20%	8	13%	2	3%

61 inquéritos